

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL DA
DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**

Processo nº 0055090-53.2021.8.19.0001

**A ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL DA RECUPERAÇÃO
JUDICIAL** da sociedade **CIMENTO TUPI S/A**, devidamente nomeada por
este d. Juízo nos autos do processo em epígrafe, vem a ínclita presença de
V.Exa., em cumprimento ao artigo 22, II, “d” da Lei nº 11.101/05 e à decisão
de fls. 8.369/8.380, item 1.2, apresentar:

**16º RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES – RMA DE
CIMENTO TUPI S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**


I - DADOS RELEVANTES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Cronograma Processual		
Processo nº: 0012239-96.2021.8.19.0001		
Recuperanda: Cimento Tupi S/A		
Data*	Evento	Lei 11.101/05
21/01/2021	Ajuizamento do pedido de recuperação	
22/01/2021	Deferimento do pedido de recuperação (fls. 725/732)	art. 52, I, II, III, IV e V e §1º
23/02/2021	Publicação do deferimento no D.O.	
25/02/2021	Publicação do 1º Edital do devedor	art. 52, §1º
12/03/2021	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, §1º
20/07/2021	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, §2º
26/03/2021 (data de apresentação)	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após publicação do deferimento da recuperação) – prazo 24/04/2021	art. 53
27/04/2021 e 20/07/2021	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único
27/05/2021	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único
17/09/2021	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC)	art. 36
14/10/2021	1ª Convocação da Assembleia Geral de Credores	art. 36, I
21/10/2021	2ª Convocação da Assembleia Geral de Credores	art. 36, I
20/06/2021	Prazo para votação do PRJ em AGC (150 dias após do deferimento da recuperação)	art. 56, §1º
01/02/2022	Sentença de homologação do PRJ	art. 58
	Publicação de aviso aos credores sobre a homologação do PRJ	
	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ (2 anos após a concessão da recuperação judicial)	art. 61

	- Eventos ocorridos/previstos
--	-------------------------------

	- Eventos ainda não realizados/previstos
--	------------------------------------------

SITES INFORMATIVOS E CANAIS DE CONTATO

Site da Administração Judicial com o link de acesso às informações relativas à presente recuperação judicial	https://nraa.com.br/recuperacao-judicial/cimento-tupi/
Serviço de Atendimento ao Credor – SAC - para onde devem ser encaminhadas dúvidas e pedidos de esclarecimentos, bem como as habilitações e divergências administrativas	admjudtupi@nraa.com.br
Serviço de Atendimento ao Credor – SAC – “Fale com a Recuperanda” – <i>Chat on line</i>	https://nraa.com.br/chat/
Vídeo explicativo aos credores sobre as providências que podem adotar após o recebimento da carta informando o crédito, bastando aos interessados apontarem a câmera dos seus celulares para o QR Code para assistir.	
Site da recuperanda relacionado à recuperação judicial	http://www.cimentotupi.com.br/cimentotupi/Portugues/detRecuperacaoJudicial.php

II - STATUS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. Diante do deferimento da recuperação judicial, ocorrido em *decisum* proferido na data de 22/01/2021, constante às fls. 725/732 destes autos, esta A.J. prontamente realizou diversas medidas a fim de conferir andamento, celeridade e efetividade à presente recuperação judicial.

2. Esta A.J. apresentou, às fls. 3.76/4.477, o seu relatório circunstanciado das atividades da recuperanda, com intuito de subsidiar a presente R.J. com as informações relacionadas às atividades da sociedade Cimento Tupi S/A, de caráter financeiro e econômico.

3. No dia **26/04/2021** foi concluída a fase administrativa de verificação de crédito com a apresentação da Relação de Credores consolidada pela A.J., na forma que determina o artigo 7º §2º, da L.R.E (fls. 4.836/7.041), que foi disponibilizada em seu *website* (<https://nraa.com.br/recuperacao-judicial/cimento-tupi/>) e no *website* do TJERJ (<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/consultas/relacao-nominal-de-credores/3-vara-empresarial>), a fim de conferir ampla publicidade aos credores, sendo apresentado nos autos o Relatório da Fase Administrativa da Verificação de Crédito contendo resumo das informações apuradas, conforme o artigo 7º, §2º da LRE, nos termos do artigo 1º da Recomendação nº 72/2020 do CNJ.

4. A Recuperanda, por sua vez, apresentou, tempestivamente, em 26/03/2021, o Plano de Recuperação Judicial, fls.1.819/3.048, o qual foi objeto de análise por esta Administração Judicial, através do Relatório sobre o Plano de Recuperação Judicial, na forma do artigo 22, inciso II, alínea “h” da Lei nº 11.101/05, acostado às fls. 4.741/4.785.

5. Vale dizer que o PRJ foi aditado através das novas versões apresentadas às fls. 9.036/9.074, 10.965/11.019 e 11.509/11.662, os quais se encontram também disponíveis no *website* da A.J..

6. A minuta do edital referente ao artigo 7º§2º em conjunto com o artigo 53, ambos da Lei nº 11.101/05 se encontra nos autos às fls. 7.783 e foi devidamente publicado no DJE no dia **20/07/2021**, conforme certidão de publicação de fls. 7.940, dando início ao prazo de habilitação e impugnação previstos nos artigos 8º e seguintes da LRF.

7. A Recuperanda, através de petição acostada aos autos às fls. 7.801/7.806 requereu a prorrogação do prazo de *stay period* por mais 180 (cento e oitenta dias), em conformidade com os termos do artigo 6º §4º da Lei nº 11.101/05, tendo a A.J. e o Ministério Público se manifestado sobre o

pleito às fls. 8287/8293 e 8.425, respectivamente, nos termos do *decisum* de fls. 7815, o que foi concedido por este d. Juízo, conforme decisão de fls. 8.551/8.554.

8. No dia 14/10/2021 foi realizada a Assembleia Geral de Credores em primeira convocação, na modalidade virtual, a qual foi instalada tendo em vista o preenchimento do quórum previsto no artigo 37§2º da Lei nº 11.101/2005.

9. A Recuperanda, por seu turno, apresentou novo e último aditamento ao Plano de Recuperação Judicial na AGC, o qual foi posto para deliberação e votação dos credores presentes, tendo os credores **APROVADO** o P.R.J. proposto, nos termos do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005.

10. Esta A.J. informou a aprovação do P.R.J. através da petição protocolada nos autos principais, às fls. 11.425/11.426, anexando ainda a **(i)** ata da A.G.C acrescida dos laudos de credenciamento e votação e das manifestações de votos dos credores e transcrição do *chat* ocorrido durante a realização da Assembleia (fls. 11.427/11.508); **(ii)** Aditamento ao P.R.J. apresentado pela Recuperanda e seus anexos (fls. 11.509/11.726) e **(iii)** Apresentação do aditivo ao P.R.J. realizada no conclave (fls.11.726/11.737).

11. O aditamento proposto pela Recuperanda em A.G.C. foi disponibilizado aos credores participantes na plataforma da empresa contratada para realização do certame – *Assemblex* – bem como no *website* da Administração Judicial, tendo a Recuperanda realizado exposição das principais diferenças entre o aditivo e a última versão acostada nos autos às fls. 10.962/11.019, bem como um esboço da forma e prazo de pagamento para cada classe submetida aos efeitos do procedimento recuperacional.

12. Os credores Fratelli Investment Limited, VR Global Partners L.P., Moneda Latin American Corporate Debt, Moneda Deuda Latinoamericana Fondo de Invesrión, Asesorias e Inversiones Chelsea Ltda, Asesoria e

Inversiones Rittenhouse Ltda e Geribá Participações SPE-1 Ltda, através do petítório de fls. 12.467/12.497 apresentaram objeção à homologação do PRJ.

13. Esta A.J. apresentou sua manifestação quanto às objeções à deliberação do PRJ na AGC operada em 14/10/2021, assim como quanto às alegações de ilegalidade de diversas cláusulas apontadas pelos credores, através de petítório de fls. 12.767/12.851.

14. Na mesma oportunidade, esta A.J. apresentou a relação de credores *bondholders* que procederam a individualização para fins de participação na AGC, conforme autorizado por este Juízo às fls. 8.551/8.554, mediante procedimento administrativo, na forma descrito por esta A.J. às fls. 7.227/7.240, bem como após a realização conclave, na forma estabelecida pela cláusula 4.3.1.1.1 do PRJ, informando a seguinte relação desses credores:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE CIMENTO TUPI S/A - PROCESSO Nº 0012239-96.2021.8.19.0001			
RELAÇÃO DE CREDORES BONDHOLDERS QUE REQUERERAM A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS SEUS CRÉDITOS ATÉ O DIA 30/09/2021 PARA A AGC DO DIA 14/10/2021			
CREDOR BONDHOLDER	ISIN/CUSIP	TOTAL PRINCIPAL/ HISTÓRICO	VALOR PROPORCIONAL AO CRÉDITO LISTADO ATUALIZADO ATÉ A R.J.
ASESORIAS E INVERSIONES CHELSEA LIMITADA	USP9159EAA03	USD 1.920.000,00	USD 3.585.176,66
ASESORIAS E INVERSIONES RITTENHOUSE LIMITADA	USP9159EAA03	USD 1.206.000,00	USD 2.251.939,09
ADVANCE HEDGE FUND	USP9159EAA03	USD 4.800.000,00	USD 8.962.941,65
	USP9159EAA03		
ALOYSIO VIEIRA NETO E LAIS CAMPOS DE QUADROS	USP9159EAA03	USD 160.000,00	USD 298.764,72
BERNARDO HELIO SCHNEIDERMAN	USP9159EAA03	USD 30.000,00	USD 56.018,39
CDX HOLDINGS LTD	USP9159EAC68	USD 110.000,00	USD 205.400,75

	USP9159EAA03		
EG VENTURES INC	USP9159EAA03	USD 150.000,00	USD 280.091,93
FRIELAND HOLDINGS LIMITED	USP9159EAA03	USD 25.000,00	USD 46.681,99
FRATELLI INVESTMENTS LIMITED	US17186EAA73	USD 97.486.000,00	USD 182.033.610,45
	USP9159EAA03		
HAUTE FINANCE AS	USP9159EAA03	USD 200.000,00	USD 373.455,90
HINSDALE BUSINESS S/A	USP9159EAA03	USD 188.000,00	USD 351.048,55
JAAFAR CHEHAYBER	USP9159EAA03	USD 1.000.000,00	USD 1.867.279,51
JEAN MARKAKIS	USP9159EAA03	USD 200.000,00	USD 373.455,90
KRUGER CAPITAL LTD	USP9159EAA03	USD 100.000,00	USD 186.727,95
MONEDA LATIN AMERICAN CORPORATE DEBT	USP9159EAA03	USD 3.469.000,00	USD 6.477.592,63
MONEDA DEUDA LATINOAMERICANA FONDO DE INVERSION	USP9159EAA03	USD 10.019.000,00	USD 18.708.273,42
PLATES ASSETS INC	USP9159EAA03	USD 2.000.000,00	USD 3.734.559,02
PORTO DEVELOPMENTS LIMITED	USP9159EAA03	USD 210.000,00	USD 392.128,70
PRIMA PARK INC	USP9159EAA03	USD 2.000.000,00	USD 3.734.559,02
VR GLOBAL PARTNERS LP	USP9159EAA03	USD 21.630.000,00	USD 40.389.255,83
WATERS EDGE INVESTMENTS LIMITED	USP9159EAA03	USD 234.000,00	USD 436.943,41
WESPER SARL	USP9159EAA03	USD 250.000,00	USD 466.819,88
WIDETRACK INVESTMENTS INC.	USP9159EAA03	USD 250.000,00	USD 466.819,88
TWENTY LTD	USP9159EAA03	USD 285.000,00	USD 532.174,66
ALENCAR DAVILA MAGALHAES	USP9159EAA03	USD 170.000,00	USD 317.437,52
PAKIMAR OVERSEAS CORPORATION	USP9159EAA03	USD 493.000,00	USD 920.568,80
SUBTOTAL 1		USD 148.585.000,00	USD 277.449.726,20

RELAÇÃO DE CREDORES BONDHOLDERS QUE REQUERERAM A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS SEUS CRÉDITOS APÓS O DIA 30/09/2021 OU APÓS A AGC DO DIA 14/10/2021 ATÉ O DIA 29/10/2021			
CREDOR BONDHOLDER	ISIN/CUSIP	TOTAL PRINCIPAL/HISTÓRICO	VALOR PROPORCIONAL AO CRÉDITO LISTADO ATUALIZADO ATÉ A R.J.
BLACKFIELD LTD	USP9159EAA03	USD 537.000,00	USD 1.002.729,10
DDPA LTD	USP9159EAA03	USD 338.000,00	USD 631.140,47
DIRAN DEMIRDJIAN	USP9159EAA03	USD 50.000,00	USD 93.363,98
FRX INTERNACIONAL AS	USP9159EAA03	USD 100.000,00	USD 186.727,95
GERIBA PARTNERS LLC	USP9159EAA03	USD 2.000.000,00	USD 3.734.559,02
GIVENDALE SERVICES CORPORATION	USP9159EAA03	USD 300.000,00	USD 560.183,85
GONZALO FERNANDEZ TINOCO	USP9159EAA03	USD 100.000,00	USD 186.727,95
JESUS ESTEBAN RIVAS SARACHE / EMILY FLORES RAMOS	USP9159EAA03	USD 40.000,00	USD 74.691,18
MARQUAN FINANCIAL LTD	USP9159EAA03	USD 300.000,00	USD 560.183,85
SUBTOTAL 2		USD 3.765.000,00	USD 7.030.307,36
TOTAL INDIVIDUALIZAÇÕES (SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2)		USD 284.480.033,56	

15. O plano de Recuperação Judicial foi parcialmente homologado por este d. Juízo em 01/02/2022, conforme decisão de fls. 12.930/12.941, **tendo sido declaradas nulas as disposições referentes à novação, extinção das ações e quitação, constituídas respectivamente nas cláusulas 6.2, 6.3 e 6.9 do PRJ**, enquanto, no que tange a cláusula 3, 5.1 e 5.2, restou consignado que eventual alienação de bens integrantes do ativo não circulante da recuperanda não individualizados no Plano de Recuperação Judicial, ou ainda

na realização de qualquer operação de reorganização societária que acarrete a alienação ou oneração de tais bens, ficam condicionados à prévia aprovação do Juízo da Recuperação Judicial, em estrita obediência aos artigos 60, 66, 140 e 142 da Lei nº 11.101/2005.

16. Os credores “Fundos” apresentaram Embargos de Declaração às fls. 14.047/14.057 em face da decisão homologatória do PRJ, buscando sanar supostos erros materiais e omissões, requerendo a integração da r. sentença concessória do PRJ no seguinte sentido: (i) os embargantes teriam apresentado as alterações prejudiciais do PRJ, notadamente, a limitação da taxa de câmbio para créditos expressos em moeda estrangeira (cláusulas 4.3.1.3.4; 4.3.1.4.4 e 4.3.1.5.5) e a inclusão das cláusulas 4.3.1.2.6, 4.3.1.3.3, 4.3.1.4.3 e 4.3.1.5.4, o que deve ser retificado na r. decisão – que considerou que os embargantes “*não esclarecem quais outras alterações teriam ocorrido e qual o prejuízo aos credores*”, demandando a reapreciação do tópico à luz das supostas alterações substanciais trazidas; (ii) sustentam que as cláusulas 4.3.1.2.6, 4.3.1.3.3, 4.3.1.4.3 e 4.3.1.5.4 e dos anexos 4.3.1.2.6, 4.3.1.3.3, 4.3.1.4.3 e 4.3.1.refletem o direito potestativo das Recuperandas na elaboração das *indentures*, não trazendo o caráter negocial, como apresentado na r. decisão embargada, merecendo ser sanada a omissão quanto a ausência de apreciação da ilegalidade das mencionadas cláusulas; (iii) erro material de grafia constante na parte dispositiva da r. sentença quando da declaração de nulidade das cláusulas 6.2, 6.3 e 6.7 “*que afrontam os respectivos entendimentos do S.T.F*”, enquanto, em realidade, o entendimento referenciado é do S.T.J.

17. A recuperanda também opôs embargos de declaração (fls. 14.032/14.042), onde alega a obscuridade em relação às cláusulas 6.2 e 6.3 do PRJ, bem como os embargos de declaração apresentados por fundos credores, onde requerem a integração da r. decisão para que (i) seja reconhecido o erro material quanto à apresentação das relevantes alterações no PRJ apresentado pelos embargantes, determinando que o Plano seja submetido a nova AGC; (ii) apreciação expressa das ilegalidades das cláusulas 4.3.1.2.6, 4.3.1.3.3,

4.3.1.4.3 e 4.3.1.5.4 e dos anexos 4.3.1.2.6, 4.3.1.3.3, 4.3.1.4.3 e 4.3.1.5.4; (iii) anulação das mencionadas cláusulas e seus anexos, convocando-se nova AGC para deliberação sobre o PRJ com as novas indentures completas anexadas; (iv) anulação das referidas cláusulas e anexos determinando-se que se mantenham nas novas *indentures* os termos da indenture existente; (v) correção do erro material na parte dispositiva da sentença quando se mencionam os julgados “do STF”, em referência à argumentação para declarar a nulidade dos comandos previstos nas cláusulas 6.2, 6.3 e 6.7 do PRJ, vez que os mesmos foram proferidos pelo STJ.

18. Os embargos de declaração ainda não foram apreciados pelo Juízo.

19. Através do petição de fls. 14.572/14.575, a Recuperanda relatou problemas operacionais junto ao depositário das notes emitidas no exterior para viabilizar o exercício da opção de pagamento por parte dos credores bondholders, tendo assim informado a concessão de **prazo adicional de 30 (trinta) dias para a escolha da opção de pagamento aos credores classe III, terminando em 13/05/2022 às 18h (horário de Brasília, equivalente às 17h horário de Nova Iorque).**

20. A Recuperanda ainda informou que contratou um agente, **Prime Clerk**, para auxílio na operacionalização junto ao *trustee* com intuito de (i) efetivar o pagamento dos credores classe III detentores de *Senior Unsecured Notes*, ficando a cargo do mesmo – **Prime Clerk** – o recebimento das **Notificações de Opção de Pagamento dos credores que procederam a individualização do crédito**; (ii) substituição das *Senior Unsecured Notes* de titularidade dos mesmos, pelas novas *notes* a serem emitidas pela sociedade recuperanda, com base nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

21. Buscando auxiliar os credores, a Prime Clerk disponibilizou em seu *website* (<https://cases.ra.kroll.com/Cimentotupi/Home-Index>) o passo a passo do procedimento a ser efetivado pelos detentores das *Senior Unsecured*

Notes, bem como telefone para contato.

22. Na mesma oportunidade, a Recuperanda requereu a publicação de aviso aos credores em jornal de grande circulação, cuja minuta se encontra às fls. 14.576/14.578, buscando garantir a maior publicidade aos interessados a respeito da prorrogação do prazo bem como a necessidade dos credores classe III detentores de *Senior Unsecured Notes* procederem a conclusão da opção de pagamento através do sistema ATOP do DTC.

III – RESUMO DO P.R.J

23. A Recuperanda Cimento Tupi S/A apresentou aditamento ao P.R.J. em Assembleia Geral de Credores realizada em 1ª convocação no dia 14/10/2021, tendo a A.J., por seu turno, acostado o instrumento e seus respectivos anexos às fls. **11.509/11.737** dos autos principais.

24. Além do aditamento, a Recuperanda elaborou um resumo dos principais pontos do Plano, conforme apresentação disponibilizada pela mesma durante a A.G.C.. Com intuito de facilitar a consulta das propostas de pagamento, esta A.J. compila abaixo tais informações neste Relatório Mensal, na forma que segue.

25. **Não obstante a isso, imperioso destacar que as informações postas abaixo não eximem os credores de consultarem a íntegra do Plano, o qual encontra-se disponível nos autos, nas folhas acima mencionadas bem como no site desta Administração Judicial.**

❖ CLASSE I

Classe I

Créditos até 150 salários-mínimos:

- Correção monetária: IPCA
- Amortização em 12 parcelas mensais e sucessivas:
 - 1ª parcela – até R\$ 15.000 em até 30 dias
 - 2ª-12ª parcelas – saldo remanescente após pagamento da 1ª parcela dividido igualmente em 11 parcelas

Crédito trabalhista acima do limite de 150 salários-mínimos:

- Carência de juros e principal: 48 meses (juros PIK – somado ao valor do principal)
- Cronograma de amortização crescente em 16 parcelas anuais
- Taxa de juros/correção monetária: IPCA + 0,5% a.a. (juros pagos anualmente junto ao principal após período de carência)

Cronograma de amortização – crédito acima de 150 salários-mínimos



❖ CLASSE III

Classe III - Pagamento Geral de Créditos Classe III em Moeda Estrangeira

- Todos os créditos classe III denominados em USD e, no caso de *bondholders*, que tenham completado o processo de individualização, receberão até USD 3,75 milhões (valor máximo limitado pelo valor do crédito de cada credor) nas seguintes condições:
- Limite de alocação nessa forma de pagamento de USD 40 milhões. Caso esse valor seja ultrapassado, os credores receberão o mesmo percentual de redução em seu crédito a ser pago nessas condições. O saldo remanescente do crédito será pago conforme Opção (I-IV) escolhida por cada credor
 - Exemplo: caso USD 42 milhões sejam elegíveis a essas condições ($40/42=95,3\%$), um credor de USD 300 mil, que poderia receber até USD 300 mil nessas condições, receberá USD 285,7 mil nessas condições (95,2% de 300 mil) mais USD 14,3 mil na Opção escolhida
- Cronograma de amortização
 - Pagamento de 20% em 30 dias
 - Pagamento do restante em 5 parcelas anuais e sucessivas de 16% a.a.
- Taxa de juros: 0,75% a.a. para créditos em USD e 3,31% a.a. para créditos em BRL (juros pagos anualmente junto ao principal)

Cronograma de amortização:

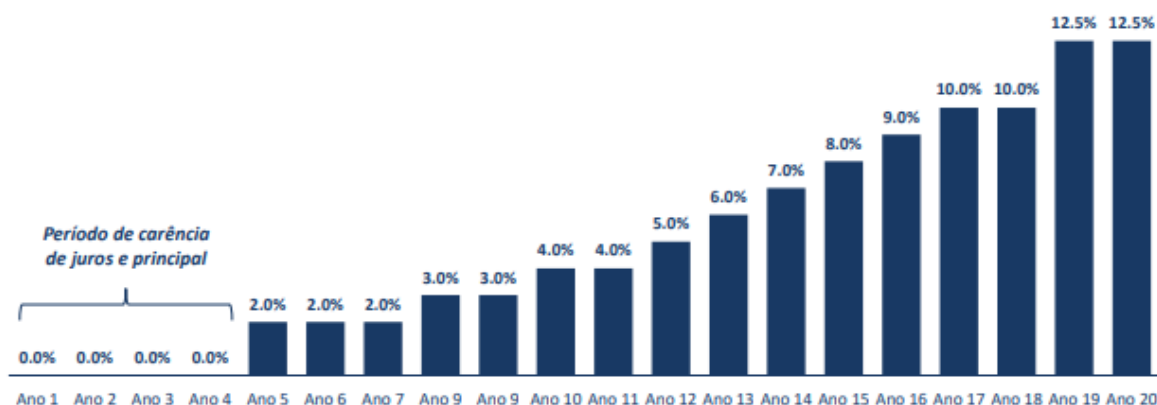


➤ Opção de Reestruturação I

Classe III – Opção de Reestruturação I

- Carência de juros e principal: 48 meses (juros PIK – somado ao valor do principal)
- Cronograma de amortização crescente em 16 parcelas anuais
- Taxa de juros: 0,75% a.a. para créditos em USD e 3,31% a.a. para créditos em BRL (juros pagos anualmente junto ao principal após período de carência)

Cronograma de amortização – Opção I



➤ Opção de Reestruturação II

Classe III – Opção II

- Deságio de 70%
- Saldo remanescente pós-deságio dividido em duas tranches

Tranche 1 – 10% do saldo remanescente

- Pagamento em até 30 dias

Tranche 2 – 90% do saldo remanescente

- Carência de juros e principal: 48 meses (juros PIK – somado ao valor do principal)
- Cronograma de amortização crescente em 7 parcelas anuais
- Taxa de juros: 2% a.a. para créditos em USD e 4.75% a.a. para créditos em BRL (juros pagos anualmente junto ao principal após período de carência)

Cronograma de amortização – Tranche 2 – Opção II



Opção de Reestruturação III

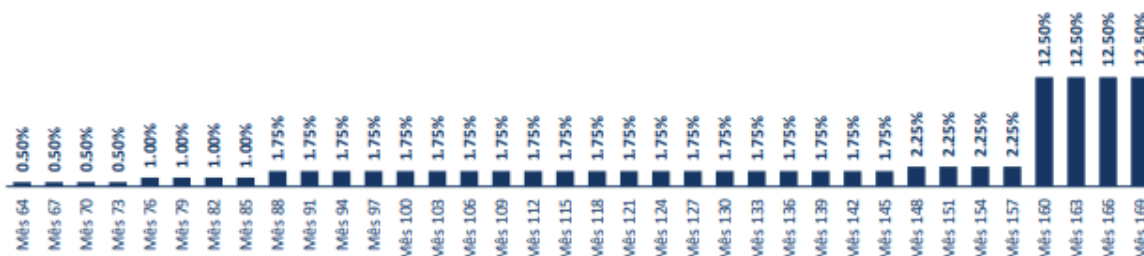
Classe III – Opção III

- Deságio de 75%

Saldo remanescente após o deságio:

- Taxa de juros: 8% a.a.
- Pagamento de juros:
 - Carência de juros até o 33º mês (PIK – somado ao valor do principal)
 - 34º ao 60º mês: pagamento trimestral de 2% a.a. e PIK de 6% a.a.
 - A partir do 61º mês: pagamento trimestral de 8% a.a.
- Carência de principal: 60 meses
- Cronograma de amortização crescente em 36 parcelas trimestrais

Cronograma de amortização – Opção III



Opção de Reestruturação IV

Classe III – Opção IV

Capitalização de créditos:

- 1% do saldo total de créditos será capitalizado (pagamento via emissão de novas ações) em até 30 dias
 - As novas ações representarão 21% do capital social total e votante da Cimento Tupi e serão divididas entre os que optarem pela Opção IV *pro rata* ao valor de cada crédito

Dívida:

- Deságio de 95% (após capitalização e deságio, o saldo remanescente que será pago nas condições abaixo equivale a 4% do saldo total)
- Taxa de juros: 9,5% a.a.
- Pagamento de juros:
 - Carência de juros até o 33º mês (PIK – somado ao valor do principal)
 - 34º ao 60º mês: pagamento trimestral de 2% a.a. e PIK de 7,5% a.a.
 - A partir do 61º mês: pagamento trimestral de 9,5% a.a.
- Carência de principal: 168 meses
- Amortização: 100% (*bullet*) no 180º mês

❖ CLASSE IV

Classe IV

- Correção monetária: IPCA
- Integralmente pagos em 12 parcelas mensais e sucessivas
 - 1ª parcela – até R\$ 15.000 em até 30 dias
 - 2ª parcela – até R\$ 50.000
 - 3ª parcela – até R\$ 50.000
 - 4ª-12ª parcelas – saldo remanescente após pagamento das 3 primeiras parcelas dividido igualmente em 9 parcelas

❖ CREDORES FORNECEDORES ESTRATÉGICOS

Fornecedores Estratégicos

- Para receberem nos termos estabelecidos para Fornecedores Estratégicos, os credores concordam com a manutenção do fornecimento à Cimento Tupi de bens e/ou serviços necessários para a manutenção das atividades, conforme necessidade e solicitação da Cimento Tupi
- O Credor Fornecedor Estratégico que, por qualquer motivo, rescindir contratos de fornecimento/prestação de serviços com a Cimento Tupi ou descumprir quaisquer condições acordadas, será desenquadrado da condição de Credor Fornecedor Estratégico e receberá o valor remanescente dos seus créditos conforme a Opção de Reestruturação I da Classe III
- Correção monetária: IPCA
- Pagamento inicial de até R\$ 2.500.000 – pagos em 12 parcelas mensais e sucessivas
 - 1ª parcela – até R\$ 15.000 em até 30 dias
 - 2ª parcela – até R\$ 50.000
 - 3ª parcela – até R\$ 50.000
 - 4ª-12ª parcelas – saldo remanescente após pagamento das 3 primeiras parcelas dividido igualmente em 9 parcelas de até R\$ 265 mil cada
- O saldo remanescente após pagamento dos R\$ 2.500.000 iniciais será pago da seguinte forma:
 - Pagamento contra faturamento por 36 meses após o pagamento da última parcela do pagamento inicial (R\$ 1 faturado = R\$ 1 pago), limitado a R\$ 700.000 por mês
 - Saldo remanescente após pagamento inicial e pagamento contra faturamento será pago conforme a Opção de Reestruturação I da Classe III

IV - DAS ATIVIDADES DA RECUPERANDA

26. Buscando instruir o presente relatório mensal, a equipe da A.J. formulou alguns questionamentos à Recuperanda relacionados à atividade, estrutura física, financeira e societária, que foram respondidos conforme segue a seguir: (**Doc. nº 01**)

27. Além disso, atendendo à Recomendação 72/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Administração Judicial, na busca pela padronização dos relatórios mensais e pela efetividade da prestação jurisdicional, também preencheu o formulário contido no Anexo II da referida

recomendação, a partir dos demonstrativos contábeis e informações prestadas pelas Recuperandas. **(Doc. nº 02)**

a) A recuperanda contratou ou demitiu pessoal nos últimos 30 (trinta) dias? Quantas contratações ou demissões ocorreram no período

RESPOSTA: Houve 7 contratações e 4 demissões nos últimos 30 dias

b) Qual o número de empregados (pessoas físicas) atuais da recuperanda?

RESPOSTA: 590 empregados em maio/22.

c) Qual o número de contratados (pessoa jurídica ou pessoa física) sem vínculo de emprego?

RESPOSTA: Há cerca de 80 pessoas alocadas nas unidades da Cimento Tupi, como empregados das pessoas jurídicas contratadas para prestação de serviços contínuos, como serviços de vigilância, limpeza, alimentação e outros. Além disso, há diversos prestadores de serviços que trabalham para a empresa sem estarem alocados nas unidades de forma contínua, prestando serviços como, por exemplo, transporte de empregados, manutenções diversas e consultoria.

d) Favor informar se a recuperanda está pagando os salários dos funcionários que se venceram no último mês e se terá condições de manter os pagamentos de tais verbas no curso da recuperação judicial.

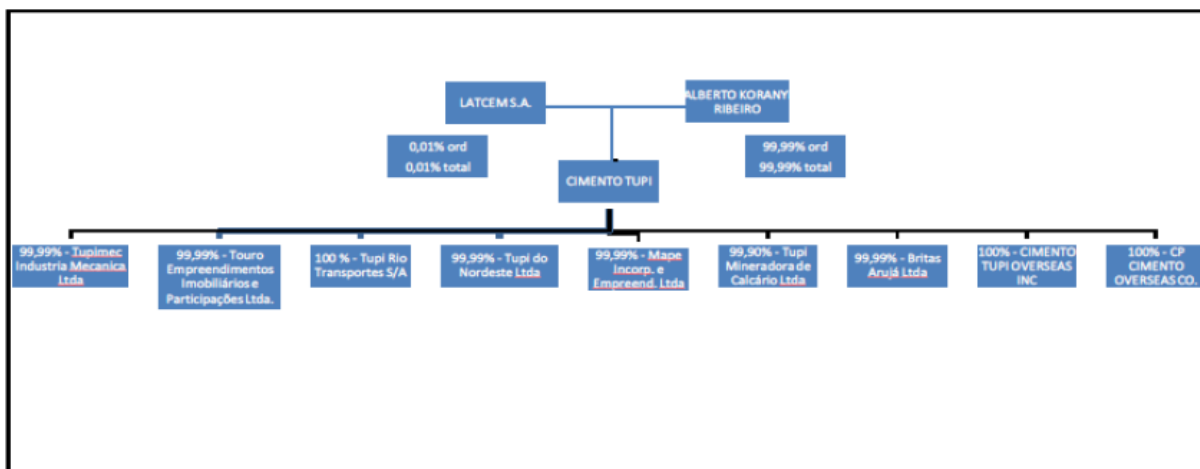
RESPOSTA: Todos os salários e benefícios estão sendo pagos regularmente, sem qualquer tipo de atraso, e a empresa pretende continuar mantendo esses pagamentos em dia.

e) A recuperanda se valeu de alguma das medidas governamentais conferidas durante o período da pandemia a fim de preservar os empregos? Em caso positivo, especificar qual medida foi adotada, se é aplicada até o momento atual e quantos credores foram abarcados.

RESPOSTA: Conforme informado nas correspondências anteriores, a empresa adotou algumas medidas como antecipação de férias, Home Office, suspensão de contrato de trabalho e banco de horas negativo. No momento, temos parte dos empregados da área administrativa em Home Office.

f) Favor apresentar organograma atualizado contendo todas as sociedades em que a recuperanda e seu(s) controlador(es) possuem participação societária (indicando o percentual de participação e posição de controle).

RESPOSTA: Não houve alteração, como se verifica do organograma abaixo:



g) Favor informar se foram distribuídos lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio ou bonificação de ações aos acionistas no último mês. Em caso positivo, favor especificar.

RESPOSTA: Não houve distribuição de lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio ou bonificação de ações aos acionistas no último mês.

h) Favor indicar se a recuperanda possui outras fontes de investimento de capital de terceiros disponível no mercado, além das *indentures* emitidas pela companhia

RESPOSTA: A recuperanda não possui outras fontes de investimento de capital de terceiros disponível no mercado, além das notes emitidas pela companhia.

i) Nos últimos 30 (trinta) dias, a recuperanda alienou ou deu em garantia algum bem do ativo não circulante? Em caso positivo, favor especificar o ativo e os contratos eventualmente vinculados.

RESPOSTA: Não houve alienação ou dação em garantia de bem do ativo não circulante, nos últimos 30 dias.

j) Favor informar os bens (do ativo circulante ou não circulante) da recuperanda que eventualmente sofreram alguma constrição nos últimos 30 dias, indicando a ação/execução pertinente?

RESPOSTA: Não houve liberação de constrição sobre bem do seu ativo nos últimos 30 dias.

k) Algum bem integrante do ativo não circulante da Recuperanda está recebendo destinação estranha ao objeto social ou está sendo explorado por terceiros, a título de aluguel, arrendamento, comodato, etc.? Em caso positivo, favor especificar o ativo, o usuário e a natureza da exploração.

RESPOSTA: Há 6 cavalos mecânicos e 20 semi-reboques em comodato ou aluguel – todos transportam exclusivamente cimento da Recuperanda. Ver anexo Arquivo 20220610 - item k (Doc. nº 03)

l) Favor informar todos os bens ou recebíveis da recuperanda que se encontram alienados/cedidos fiduciariamente, **especificando o negócio que originou tal garantia e identificando o credor correspondente.**

RESPOSTA: Os bens estão relacionados no anexo Arquivo 20220610 - Item 1. (Doc. nº 04)

m) Houve alguma alteração nas atividades operacionais da recuperanda em relação ao mês passado?

RESPOSTA: Não houve alteração.

n) A recuperanda obteve empréstimos e/ou financiamentos nos últimos 30 (trinta) dias para operar suas atividades? Qual a garantia ofertada? Qual o destino dos recursos tomados?

RESPOSTA: Não houve obtenção de empréstimos e financiamentos nos últimos 30 dias.

o) Houve algum incremento de receita nos últimos 30 (trinta) dias?

RESPOSTA: Não houve outras receitas além da receita da venda de cimento nos últimos 30 (trinta) dias.

p) A recuperanda implementou, nos últimos 30 (trinta) dias, alguma política de redução de custos e despesas e de aumento de receitas? Quais os números aproximados do eventual aproveitamento obtido?

RESPOSTA: Não houve alteração desde o envio da última correspondência. Vale sempre ressaltar que a empresa segue buscando maximizar seu fluxo de caixa, valendo-se de todas as oportunidades possíveis para reduzir custos e aumentar a receita.

q) Favor informar os saldos nos últimos 03 (três) meses das contas que compõem o ativo da sociedade recuperanda (balanço sintético).

RESPOSTA: Informação constante do anexo 20220410 – Itens q ,r, t e u
(Doc. nº 05)

r) Favor informar os saldos nos últimos 03 (três) meses das contas que compõem o passivo da sociedade recuperanda (balanço sintético).

RESPOSTA: Informação constante do anexo Arquivo 220220510 – Itens q ,r, t e u (Doc. nº 05)

s) Favor informar se houve saldo de passivo extraconcursal contido no último balanço patrimonial da sociedade, por categoria de passivo assim estabelecida: **(i)** Passivo Fiscal: i.i) Contingência e sua identificação no balanço; i.ii) Inscrito na Dívida Ativa e sua identificação no balanço; i.iii) Passivo Fiscal Total e sua identificação no balanço; **(ii)** Cessão fiduciária de títulos/ direitos creditórios; **(iii)** Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC); **(iv)** Obrigação de Fazer; **(v)** Obrigação de Entregar; **(vi)** Obrigação de Dar; **(vii)** Obrigações ilíquidas; **(viii)** Pós ajuizamento da RJ: viii.i) Passivo tributário e sua identificação no balanço; viii.ii) Passivo trabalhista; viii.iii) Outros passivos.

RESPOSTA:

Cimento Tupi S/A Em Recuperação Judicial		
Saldo do Balancete	dezembro-21	Maio/2022 - Preliminar
Dívida fiscal municipal administrativa e em dívida ativa	550.202,35	687.463,90
Dívida fiscal estadual administrativa e em dívida ativa	128.382.944,34	162.971.389,95
Dívida fiscal federal administrativa e em dívida ativa	32.655.938,26	30.942.911,89
Dívida com a Geriba	113.212.568,48	123.652.655,73
Dívida com a Megève	215.963.299,30	223.083.260,24
Total	490.764.952,73	541.337.681,71

Passivo Fiscal: Vide planilha acima

- i) **Passivo Fiscal: vide planilha acima**
 - i Contingência e sua identificação no balanço – Já identificado no balanço
 - ii Inscrito em dívida ativa e sua identificação no balanço – Débitos em dívida ativa são objeto de parcelamento
- ii) **Cessão fiduciária de títulos/ direitos creditórios – Não Aplicável**
- iii) **Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) – Não aplicável**
- iv) **Obrigação de fazer – Não aplicável**
- v) **Obrigação de Entregar – Adiantamento de clientes R\$ R\$ 1.380.947,78**
- vi) **Obrigação de dar - Não aplicável**
- vii) **Obrigações ilíquidas - Não aplicável**
 - i Passivo tributário e sua identificação no balanço – Vide planilha acima

ii Passivo trabalhista e sua identificação no balanço – Não é apurado mensalmente

iii Outros Passivos – Não apurado mensalmente.

t) Considerando o desempenho mensal, apresentar os saldos e a evolução da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) dos últimos 03 (três) meses, junto com o respectivo cálculo mensal da margem bruta e da margem operacional.

RESPOSTA: Informação constante do anexo Arquivo 220220610 – Itens q, r, t e u (Doc. nº 05)

u) Favor apresentar a evolução da receita líquida, do custo e do resultado líquido dos últimos 03 (três) meses, apresentando ainda os respectivos indicadores de “liquidez corrente” e “liquidez seca”.

RESPOSTA: Informação constante do anexo Arquivo 220220610 – Itens q, r, t e u (Doc. nº 05)

v) A recuperanda vem realizando algum tipo de operação “intercompany”? Em caso positivo, favor explicar de qual tipo e qual o volume financeiro da(s) operação(ões)

RESPOSTA: A Tupi Rio Transportes S.A. presta serviços de frete rodoviário para a Cimento Tupi, e recebeu pelo serviço no mês de maio/22, cerca de R\$ 5,9 milhões.

w) Favor encaminhar, de forma individualizada, **um relatório atualizado**, que indique e comprove o local onde se encontra alocado cada equipamento, maquinário e veículo de titularidade ou posse da recuperanda; informando a pessoa responsável pela guarda dos mesmos; bem como a indicação se o bem é próprio ou alienado fiduciariamente, tudo considerando a data do recebimento desta correspondência.

RESPOSTA: Informação constante do anexo Arquivo 20220610 – Itens l e w. (Doc. nº 04)

x) Favor informar se as demonstrações contábeis da recuperanda estão sendo realizadas de forma segregada em relação à sociedade Cimento Santo Estevão e Participações S/A (incorporada), em cumprimento a decisão liminar proferida nos autos da ação anulatória autuada sob o nº 0066488-65.2019.8.19.0001 em trâmite na 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro. Em caso positivo, favor disponibilizar à A.J. os referidos demonstrativos segregados relativo aos períodos apurados desde a data da decisão liminar.

RESPOSTA: INFORMAÇÃO SIGILOSA, assim a A.J. deixa de divulgar a resposta apresentada, comprometendo-se a disponibilizar a este d. Juízo caso entenda necessário.

y) Favor informar o status da ação anulatória acima mencionada:

RESPOSTA: Em junho de 2020, considerando que as partes se manifestaram favoravelmente quanto à possibilidade de composição, foi deferida a designação de audiência. Em fevereiro de 2021 as partes foram intimadas a apresentar os endereços de email de seus patronos para fins de intimação e convite da futura audiência em formato virtual.

z) Favor informar quais os critérios para definição do “credor fornecedor estratégico” para fins de inclusão na cláusula 4.3.3 do Plano de Recuperação Judicial apresentado e indicar nominalmente os credores que estão incluídos nessa qualificação.

RESPOSTA: Os critérios para a definição de “credor fornecedor estratégico” são fornecidos pelo próprio Plano de Recuperação Judicial, a fls. 1.847 (“significa os Credores Quirografários Classe III e/ou IV que mantenham o fornecimento à Cimento Tupi de bens e/ou serviços necessários para a manutenção das atividades após a Data do pedido, sem alteração injustificada dos termos e condições praticados até a Data do pedido pelos respectivos Credores Quirografários Classe III e/ou Classe IV em relação à Cimento Tupi e que não possuam qualquer tipo de litígio em curso contra a Cimento Tupi”, sendo certo que há também, na mesma página dos autos, a definição de “Credores Fornecedores Estratégicos com Garantia Real”). A definição em apreço, por sua vez, é extraída da redação do art. 67, parágrafo único da Lei 11.101/05, que informa que “o plano de recuperação judicial poderá prever tratamento diferenciado aos créditos sujeitos à recuperação judicial pertencentes a fornecedores de bens ou serviços que continuarem a provê-los normalmente após o pedido de recuperação judicial, desde que tais bens ou serviços sejam necessários para a manutenção das atividades”.

aa) Favor informar quais as opções de pagamento previstas no Plano de Recuperação Judicial para os credores bondholders que não procederam a individualização do seu crédito.

RESPOSTA: Assim como todos os demais Credores Quirografários Classe III (conforme definido no Plano de Recuperação Judicial), os credores bondholders que não individualizaram seus créditos poderão optar por uma opção de reestruturação dentre aquelas previstas nas Cláusulas 4.3.1.2, 4.3.1.3, 4.3.1.4 e 4.3.1.5 do Plano de Recuperação Judicial (Opções de Reestruturação I a IV). No entanto, os bondholders que não individualizaram seus créditos não poderão receber o pagamento de parte dos seus créditos nos termos da Cláusula 4.3.1.1 e subcláusulas do Plano

de Recuperação Judicial, sendo certo que receberão o pagamento do saldo de seus respectivos créditos nos termos da opção de reestruturação escolhida.

bb) Favor informar se a Recuperanda promoveu o pagamento dos credores na forma do P.R.J. no último mês. Em caso positivo, enviar os comprovantes de pagamento, com a devida identificação dos mesmos.

RESPOSTA: O pagamento vem sendo realizado na forma do PRJ. Os comprovantes seguem no link abaixo:

<https://drive.google.com/drive/folders/11VeSOK3EvRbGzmwYq4quTi0Yp6dE6hfO?usp=sharing> (Doc. nº 06)

cc) Favor esclarecer a razão pela qual os comprovantes de pagamento de alguns credores fornecedores estratégicos alocados na classe III – quirografários e classe IV – Micro e Pequenas Empresas apresentaram valor inferior à quantia total de pagamento prevista no PRJ (R\$65.000,00)

RESPOSTA: Quanto aos credores das classes III e IV que receberam valores inferiores àqueles listados na relação apresentada pelo Administrador Judicial, cumpre destacar que isso ocorreu porque os créditos atribuídos a estes credores dizem respeito ao valor bruto das notas fiscais de serviço, eis que contabilizados impostos, como PIS, COFINS, CSLL, ISS e INSS. Como se sabe, os valores relativos a esses impostos são devidos por lei e forma recolhidos à Fazenda Pública, e não ao prestador de serviços. Por essa razão, a Recuperanda efetuou o pagamento do valor líquido dos créditos em favor dos fornecedores, tendo recolhido os impostos pertinentes no ato do pagamento, conforme já detalhadamente informado.

dd) Favor informar se a Recuperanda promoveu alienação e oneração de ativos na forma da cláusula 5.1 do P.R.J.

RESPOSTA: Não houve alienação ou oneração de ativos na forma da cláusula 5.1 do PRJ.

ee) Favor informar se a Recuperanda formalizou novos empréstimos, operações de financiamento ou qualquer tipo de crédito, nos termos do artigo 69-A da Lei nº 11.101/05, conforme cláusula 5.2 do P.R.J.

RESPOSTA: Não formalizou.

ff) Favor informar se a Recuperanda já adotou as providências necessárias para fins de reconhecimento do Plano aprovado no exterior, dando prosseguimento ao procedimento do Capítulo 15, do título 11, do Código de Insolvência dos Estados Unidos, conforme previsto na cláusula 7.4 do PRJ.

RESPOSTA: A Companhia aguarda a conclusão da mediação com determinados credores da Classe III para protocolar o pedido de reconhecimento do Plano aprovado nos Estados Unidos (Chapter 15). A Recuperanda informará tão logo seja protocolada a respectiva petição.

gg) Favor informar o prazo para efetivação da opção de pagamento pelos credores, discriminando por classe, informando ainda se algum credor já exerceu a opção de pagamento ou informou conta bancária para cumprimento do P.R.J.

RESPOSTA: Conforme previsto na Cláusula 4.4 do Plano de Recuperação Judicial, o prazo para a escolha de uma das opções de pagamento previstas no Plano de Recuperação Judicial para os Credores Quirografários Classe III seria de até 30 dias corridos a contar da publicação da homologação do Plano de Recuperação Judicial. Entretanto, tendo em vista as dificuldades e os entraves burocráticos exigidos para implementação da escolha da opção de pagamento das notes nos Estados Unidos, a Recuperanda concederá um prazo adicional até 13 de maio de 2022 para todos os seus Credores Quirografários Classe III escolherem a Opção de Pagamento, inclusive os que não foram afetados pela necessidade de realização de escolha da Opção de Pagamento do crédito via o sistema ATOP do DTC (detentores de notes). Importante destacar que os Credores Quirografários Classe III deverão observar os termos e condições da Cláusula 4.4 e suas subcláusulas do Plano de Recuperação Judicial para realização das escolhas de opção de pagamento de seus respectivos créditos. As demais classes de credores não precisarão realizar escolha de opções de pagamento. Os credores que fizeram até o momento a opção de pagamento estão listados no Arquivo 22020610 – Item ff. (Doc. nº 07)

hh) Favor informar se existe algum credor listado que possua diretamente ou indiretamente (através de seus sócios, administradores e sociedades coligadas/controladas) algum vínculo societário ou familiar com a recuperanda, seus sócios, administradores ou sociedades coligadas/controladas.

RESPOSTA: Como já informado, a recuperanda tem dívidas com a Tupi Rio Transportes S.A. no valor de R\$ 331.754,84, com a Mape Incorporação e Empreendimentos Ltda. no valor de R\$ 15.583.712,47 e com a Cemrock Holding Ltd. no valor de USD 168,281.25.

ii) Considerando que os índices de lucratividade medem a eficiência da empresa em obter lucro através de suas vendas, solicitamos o envio dos indicadores de margem bruta e margem líquida das recuperandas do último mês.

RESPOSTA: INFORMAÇÃO SIGILOSA, assim a A.J. deixa de divulgar a resposta apresentada, comprometendo-se a disponibilizar a este d. Juízo caso entenda necessário.

jj) Considerando que os índices de estrutura de capital permitem a análise da posição de endividamento e capacidade da empresa em gerar caixa suficiente para saldar suas dívidas, diante do exposto solicitamos que a recuperanda apresente seus respectivos indicadores de participação de capital de terceiros e endividamento de curto e longo prazo do último mês.

RESPOSTA: INFORMAÇÃO SIGILOSA, assim a A.J. deixa de divulgar a resposta apresentada, comprometendo-se a disponibilizar a este d. Juízo caso entenda necessário.

kk) Visando mensurar a capacidade de pagamento das recuperandas, solicitamos envio dos índices de liquidez corrente, liquidez seca e liquidez geral do último mês.

RESPOSTA: INFORMAÇÃO SIGILOSA, assim a A.J. deixa de divulgar a resposta apresentada, comprometendo-se a disponibilizar a este d. Juízo caso entenda necessário.

ll) Favor informar o estágio atual da ação movida em face da recuperanda para a cobrança das dívidas oriundas das notes emitidas.

RESPOSTA: Diante da decisão proferida pelo Juízo do Chapter 15 (vide resposta ao item mm abaixo), a ação para a cobrança das notes ficará suspensa.

mm) Favor informar o status atual do procedimento de reconhecimento de processo estrangeiro de insolvência (Chapter 15) instaurado perante a Corte de Falências do Southern District of New York (processo nº 21-10267(JLG)):

RESPOSTA: Último andamento do processo: em 28.04.21, o Juízo (i) declarou a sua competência para apreciar o pedido formulado, nos termos das Seções 157 e 1.334 do Título 28 do “US Code”; (ii) confirmou o Sr. Alberto Koranyi Ribeiro como representante estrangeiro da Cimento Tupi S.A., para fins daquele procedimento; (iii) reconheceu o processo de recuperação judicial em curso no Brasil como o “processo estrangeiro principal” e (iv) garantiu a proteção ao patrimônio da Cimento Tupi eventualmente localizado naquela jurisdição, assim como a suspendeu o curso das ações – em território americano – contra a companhia/seu respectivo patrimônio. Em 10.09.21, a recuperanda, por meio do seu representante nomeado no processo, informou ao Juízo de NY o deferimento da extensão do stay period em 24.08.21, pelo MM. Juízo da 3ª Vara Empresarial.

nn) Favor informar as perspectivas de crescimento do mercado em que a recuperanda atua para os próximos meses.

RESPOSTA: O Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC) manteve para no máximo 0,5% a projeção de crescimento do mercado de cimento para o ano de 2022 em relação ao ano de 2021.

oo) Favor informar o se a recuperanda empreendeu, no último mês, ações para reduzir sua capacidade ociosa, detalhando as medidas adotadas.

RESPOSTA: Conforme já esclarecido, a empresa continua buscando aumentar sua base de clientes e penetração nas regiões em que atua, bem como aumentar a sua produção para acompanhar o aumento da demanda.

pp) Favor informar se a recuperada está pagando os tributos e encargos previdenciários e sociais incidentes sobre sua folha de pagamento e sobre suas operações.

RESPOSTA: Os tributos e encargos previdenciários e sociais incidentes sobre sua folha de pagamento e sobre suas operações estão sendo pagos. A empresa tem alguns parcelamentos em curso.

qq) Favor informar se a recuperanda está pagando os credores extraconcursais.

RESPOSTA: Conforme já informado, com exceção dos créditos extraconcursais indicados na lista de credores e que são atualmente objeto de ações judiciais, a recuperanda continua pagando os seus credores extraconcursais e tem o seu endividamento fiscal renegociado no âmbito de programas de parcelamento.

rr) Houve algum incremento de atividade no objeto social da Recuperanda no último mês? Em caso positivo, favor especificar.

RESPOSTA: Não houve incremento de atividade no último mês.

ss) Qual a Favor apresentar o fluxo de caixa realizado nos últimos 12 (doze) meses e o fluxo de caixa projetado para os próximos 12 (doze) meses, indicando as principais fontes de entrada e principais saídas.

RESPOSTA: Em anexo Arquivo 20220610 - Item ss (realizado e projetado). (Doc. n° 08)

tt) Favor informar se houve alguma alteração nos últimos 30 (trinta) dias em relação ao mercado em que a recuperanda atua e em relação aos seus indicadores de mercado, especificando as eventuais alterações ocorridas.

RESPOSTA: As vendas de cimento registraram uma retração de 2,6% nos quatro primeiros meses do ano, em relação ao mesmo período de 2021. Em

termos nominais foram comercializadas 20 milhões de toneladas no trimestre, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC).

uu) Favor informar as principais dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades da recuperanda nos últimos 30 (trinta) dias.

RESPOSTA: Como informado anteriormente, em função do processo de Recuperação Judicial, diversos fornecedores estão exigindo pagamento antecipado para venda de produtos e prestação de serviços, o que impacta diretamente no fluxo de caixa. Existem ainda casos de fornecedores que se recusam a fornecer para empresas em recuperação judicial, o que faz com que a empresa tenha que buscar outros fornecedores no mercado a preços maiores, aumentando o custo do produto. Além disso, a empresa vem sofrendo impacto com o aumento de tarifas de frete em função da alta do preço de diesel e de outros custos ligados a transporte e combustíveis para produção. Por fim, o comportamento do mercado de cimento, especialmente na região sudeste, é uma fonte de preocupação, pois afeta diretamente a receita da empresa.

vv) A recuperanda ou seus administradores foram condenados em sentença penal transitada em julgado por crime cometido em recuperação judicial ou falência, anteriores ou por crime contra o patrimônio, a economia popular ou a ordem econômica previstos na legislação vigente?

RESPOSTA: Não

ww) A recuperanda realiza auditoria contábil externa/independente regularmente visando garantir conformidade com os princípios contábeis e a legislação pertinente?

RESPOSTA: A BDO Brasil realiza a auditoria externa contábil da Cimento Tupi.

xx) A recuperanda possui código de ética e conduta?

RESPOSTA: Sim.

yy) A recuperanda utiliza programa de *compliance*? Em caso positivo, favor detalhar seu escopo

RESPOSTA: Sim. O programa de *compliance* consta do Código de Ética e Conduta.

zz) A recuperanda possui mecanismos que visam garantir a mitigação de risco de fraude ou de ações dolosas? Quais?

RESPOSTA: Sim. A recuperanda dispõe de um Código de Conduta e de um Canal de Denúncias, amplamente divulgados.

aaa) A recuperanda possui plano de treinamento e capacitação que visa reduzir o risco de ações dolosas?

RESPOSTA: A empresa fez recentemente um treinamento focado no Código de Conduta com todos os seus empregados. Além disso, faz uma reciclagem periódica para todos os empregados, destacando alguns pontos do Código de Conduta que são mais relevantes e críticos.

bbb) A recuperanda possui controles internos? Caso possua favor descrever os principais controles utilizados.

RESPOSTA: Além dos controles de qualidade na produção, desde a extração do calcário até a expedição do cimento, a Cimento Tupi dispõe de diversos controles internos. Alguns exemplos são workflow para cadastro e alteração de crédito de clientes, assim como para contratações e alterações salariais; controle de cancelamento de notas fiscais e de pesagens (recebimento de insumos e expedição de cimento), grade de aprovação de pedidos de compra e acompanhamento mensal orçado x realizado por centro de custo e consolidado.

ccc) A recuperanda realiza auditoria em seus controles internos? Se sim, com que periodicidade?

RESPOSTA: Sim, a Cimento Tupi tem uma auditoria interna que revisa os controles internos periodicamente, de acordo com a criticidade de cada um.

ddd) A recuperanda adota práticas de governança corporativa? Em caso positivo, favor detalhar quais e como são empregadas.

RESPOSTA: Sim, a recuperanda dispõe de um Código de Ética e Conduta com práticas de governança corporativa.

eee) A recuperanda possui controle de estoque e realiza inventário físico com frequência?

RESPOSTA: Sim. O inventário de peças de almoxarifado é feito de forma que 100% do estoque seja revisado ao longo de cada ano. Na parte de insumos, há medições diárias e mensais, dependendo do produto e, além disso, topografias mensais na fábrica de Pedra do Sino para validação dos estoques de combustíveis e insumos como gesso, escória e minério de ferro.

fff) A recuperanda possui um canal de denúncias formal?

RESPOSTA: Sim. O Canal de Denúncia da Cimento Tupi é amplamente divulgado para clientes, fornecedores e para o público interno. O Canal também está disponível no site da empresa.

ggg) A Recuperanda possui segregação de funções em seus processos internos?

RESPOSTA: Sim, em todos os processos internos há segregação de funções bem delimitadas.

V - DA ANÁLISE CONTÁBIL-FINANCEIRA DE CIMENTO TUPI S/A

28. O 16º Relatório Mensal de Atividades apresenta a análise do Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) referente ao mês de maio de 2022 (**Doc. nº 09**), conforme as informações disponibilizadas pela recuperanda.

1) DEMONSTRATIVO DA RECUPERANDA:

1.1) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

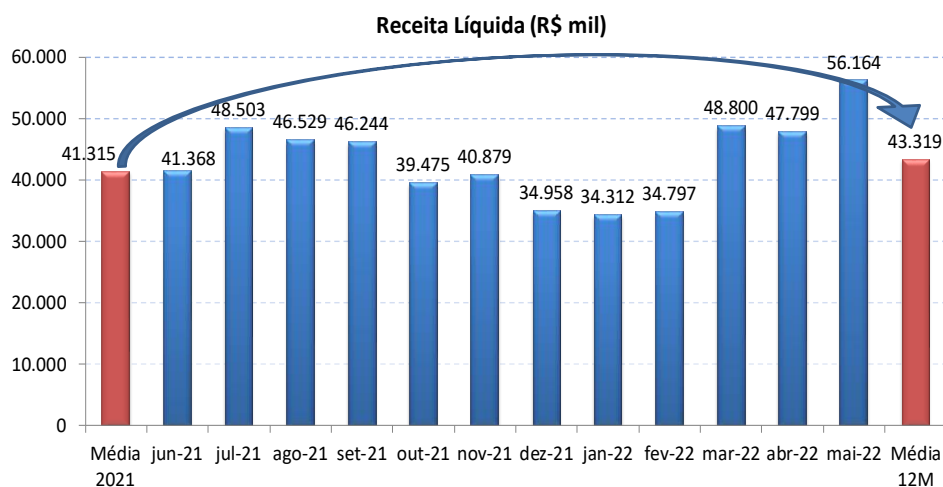
Cimento Tupi S.A.

Em milhares de R\$

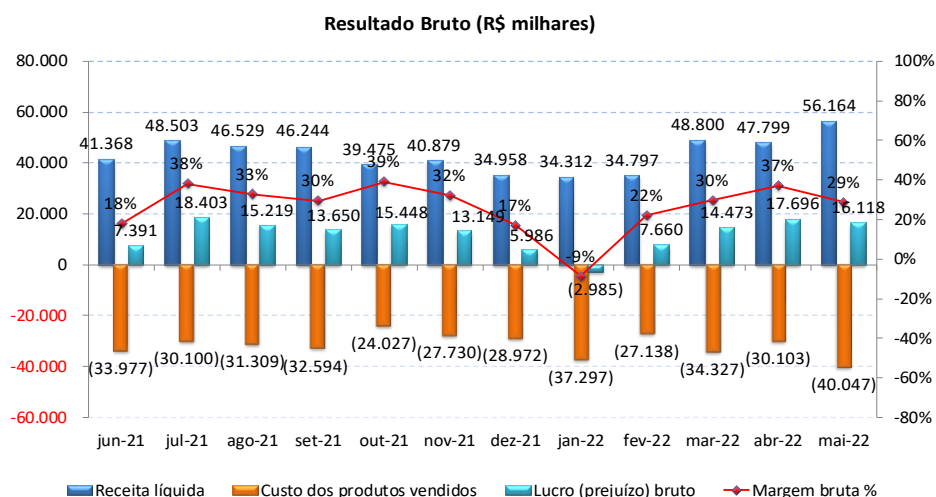
	YTD 2021	jun-21	jul-21	ago-21	set-21	out-21	nov-21	dez-21	jan-22	fev-22	mar-22	abr-22	mai-22	ACUM 12M	YTD 2022
Receita bruta de vendas	661.079	55.009	64.749	62.060	61.699	52.743	54.685	46.585	45.783	46.352	65.054	63.719	74.769	693.205	295.676
Deduções da receita	(165.303)	(13.641)	(16.246)	(15.531)	(15.455)	(13.267)	(13.806)	(11.627)	(11.471)	(11.554)	(16.254)	(15.920)	(18.604)	(173.377)	(73.803)
Receita líquida	495.775	41.368	48.503	46.529	46.244	39.475	40.879	34.958	34.312	34.797	48.800	47.799	56.164	519.828	221.873
Custo dos produtos vendidos	(352.268)	(33.977)	(30.100)	(31.309)	(32.594)	(24.027)	(27.730)	(28.972)	(37.297)	(27.138)	(34.327)	(30.103)	(40.047)	(377.621)	(168.912)
Lucro (prejuízo) bruto	143.507	7.391	18.403	15.219	13.650	15.448	13.149	5.986	(2.985)	7.660	14.473	17.696	16.118	142.206	52.961
Margem bruta %	29%	18%	38%	33%	30%	39%	32%	17%	-9%	22%	30%	37%	29%	27%	24%
Despesa com vendas	(11.204)	(858)	(855)	(883)	(943)	(865)	(857)	(1.811)	(796)	(913)	(1.240)	(653)	(865)	(11.538)	(4.466)
Desp. gerais e administrativas	(44.869)	(3.630)	(2.467)	(2.807)	(2.787)	(4.545)	(3.699)	(9.045)	(4.656)	(4.145)	(10.236)	(6.189)	(6.739)	(60.945)	(31.965)
Resultado equiv. Patrimonial	(2.989)	(499)	(179)	(47)	(531)	(79)	(143)	(256)	66	(71)	(46)	494	450	(841)	893
Outras receitas (desp), líquidas	(5.992)	(18.742)	(29)	11.773	3.334	(255)	(2.282)	3.415	(209)	(1.655)	260	(500)	19	(4.872)	(2.085)
Total de Despesas Operacionais	(65.055)	(23.730)	(3.530)	8.036	(928)	(5.743)	(6.982)	(7.698)	(5.955)	(6.784)	(11.262)	(6.847)	(7.134)	(78.197)	(37.623)
Lucro/prejuízo operacional (EBIT)	78.453	(16.339)	14.873	23.255	12.722	9.705	6.167	(1.712)	(8.580)	876	3.210	10.849	8.983	64.010	15.338
Margem EBIT %	16%	-39%	31%	50%	28%	25%	15%	-5%	-25%	3%	7%	23%	16%	12%	7%
Despesas financeiras	(256.587)	(1.051)	(1.059)	11.519	(124.130)	(129.172)	8.952	18.090	(3.797)	(2.814)	(4.182)	(6.932)	(5.457)	(240.033)	(23.182)
Receitas financeiras	5.075	137.231	(70.678)	(12.466)	(54.313)	627	593	834	133.451	130.454	238.553	(106.862)	113.930	511.354	509.525
Resultado financeiro líquido	(251.512)	136.181	(71.737)	(947)	(178.443)	(128.545)	9.545	18.924	129.653	127.640	234.371	(113.795)	108.473	271.321	486.343
Outras receitas (despesas) líqui	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.061.298	1.061.298	1.061.298
Imposto de renda e cont.social	45.203	3.024	(540)	(6.882)	(14.443)	(552)	(399)	68.167	(366)	(406)	(687)	(479)	30.868	77.306	28.931
Resultado líquido	(127.856)	122.866	(57.404)	15.426	(180.164)	(119.392)	15.313	85.380	120.708	128.110	236.895	(103.425)	1.209.622	1.473.934	1.591.910

29. A tabela acima mostra o aumento no Resultado Líquido de novembro de 2021 até março de 2022, explicado pelo aumento da receita financeira e incremento nas vendas, voltando a apresentar uma queda em abril de 2022, provocada pela apreciação do dólar frente ao real neste mês, que impacta significativamente na diminuição do resultado financeiro líquido. Em maio de 2022 houve o aumento do Resultado Líquido, ocasionado pelo “haircut” parcial da dívida, conforme disposto no Plano de Recuperação Judicial. Os seguintes pontos podem ser observados na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE):

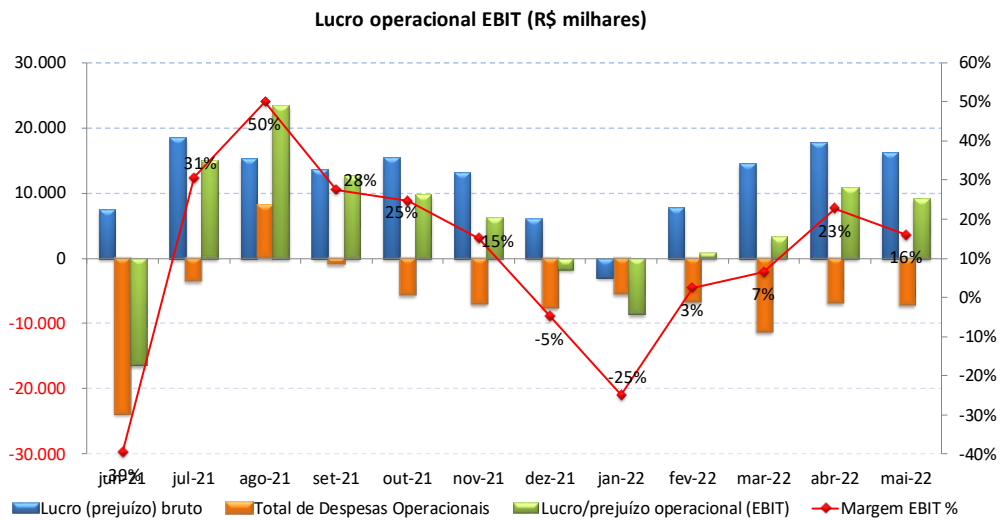
a) **Receita Líquida:** No acumulado de junho de 2021 até maio de 2022 observamos um pequeno acréscimo de 2,4% na receita líquida mensal média em relação à média mensal de janeiro a dezembro de 2021.



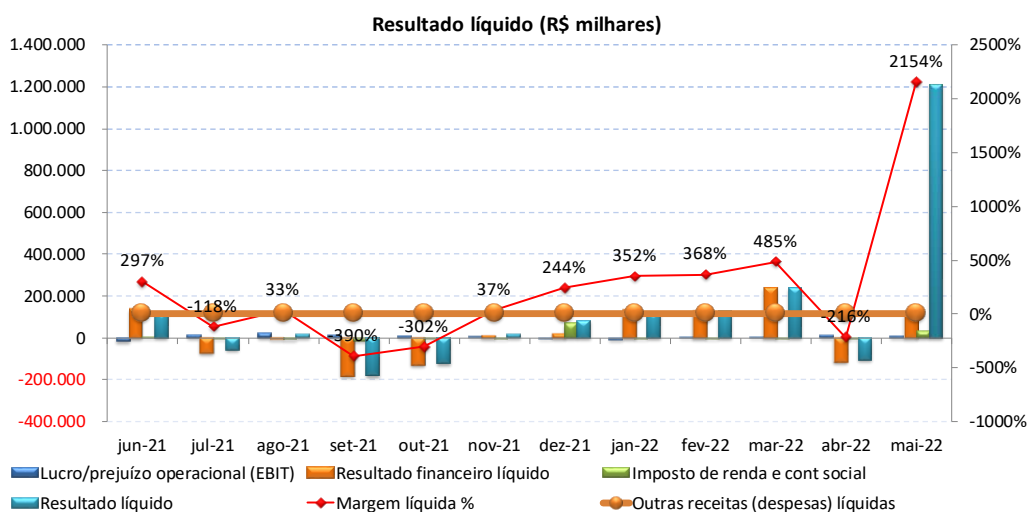
- Margem Bruta:** Nota-se que a partir de fevereiro de 2022 a margem bruta volta a apresentar um aumento em função da redução nos custos dos produtos vendidos e aumento nas vendas, porém em maio de 2022 volta a sofrer uma queda, devido ao aumento nos custos dos produtos vendidos, apresentando uma variação de 29%.



- b) **Resultado Operacional (EBIT):** Observa-se o aumento do EBIT e da margem EBIT a partir de fevereiro até abril de 2022, devido ao sutil aumento nas vendas e diminuição dos custos, porém apresenta uma queda em maio de 2022 devido ao aumento dos custos e despesas operacionais.

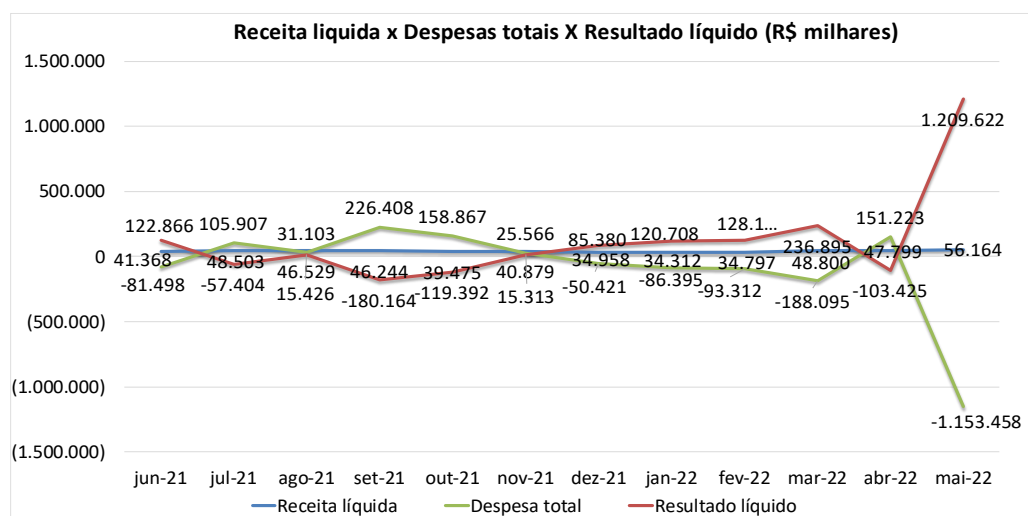


- Margem Líquida:** Observa-se um aumento da margem líquida a partir de outubro de 2021, principalmente em função da apreciação do real frente ao dólar neste período sobre a parcela do endividamento em dólar da recuperanda, porém voltando a apresentar uma margem líquida negativa em abril de 2022, devido a depreciação do real frente ao dólar nesse mês, demonstrando, contudo, em maio de 2022 uma significativa alta devido ao “haircut” parcial da dívida, conforme disposto no Plano de Recuperação Judicial.



- Receita x Resultado Líquido:** A tabela e o gráfico a seguir apresentam, em resumo, o desempenho das principais contas de resultado da recuperanda. Sob esta forma de apresentação, é possível notar a melhora do resultado líquido decorrente da redução da despesa financeira a partir de novembro de 2021, voltando a piorar em abril de 2022 devido ao aumento das despesas financeiras com a desvalorização do real frente ao dólar. Melhorando, contudo, substancialmente em maio de 2022 com o aumento em outras receitas devido ao “haircut” parcial da dívida, conforme o plano de recuperação judicial.

Resultado (R\$ mil)	YTD 2021	jun-21	jul-21	ago-21	set-21	out-21	nov-21	dez-21	jan-22	fev-22	mar-22	abr-22	mai-22	ACUM 12M
Receita líquida	495.775	41.368	48.503	46.529	46.244	39.475	40.879	34.958	34.312	34.797	48.800	47.799	56.164	519.828
Despesa total	623.631	(81.498)	105.907	31.103	226.408	158.867	25.566	(50.421)	(86.395)	(93.312)	(188.095)	151.223	(1.153.458)	(954.106)
Resultado líquido	(127.856)	122.866	(57.404)	15.426	(180.164)	(119.392)	15.313	85.380	120.708	128.110	236.895	(103.425)	1.209.622	1.473.934



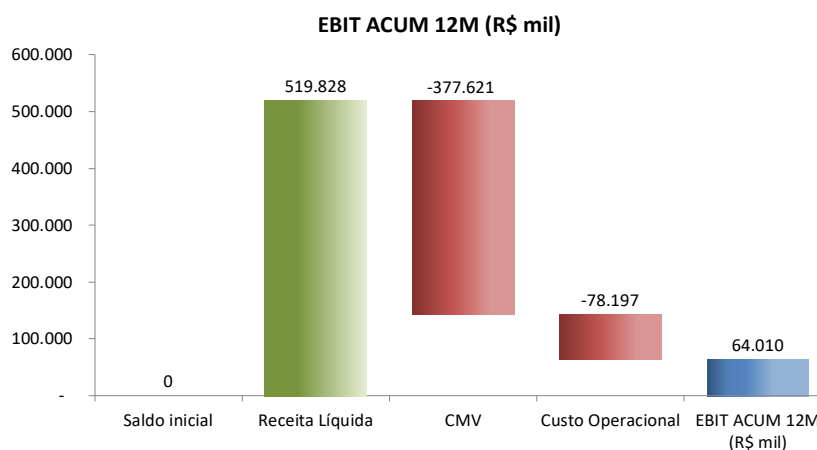
1.2) ANÁLISE DO RESULTADO

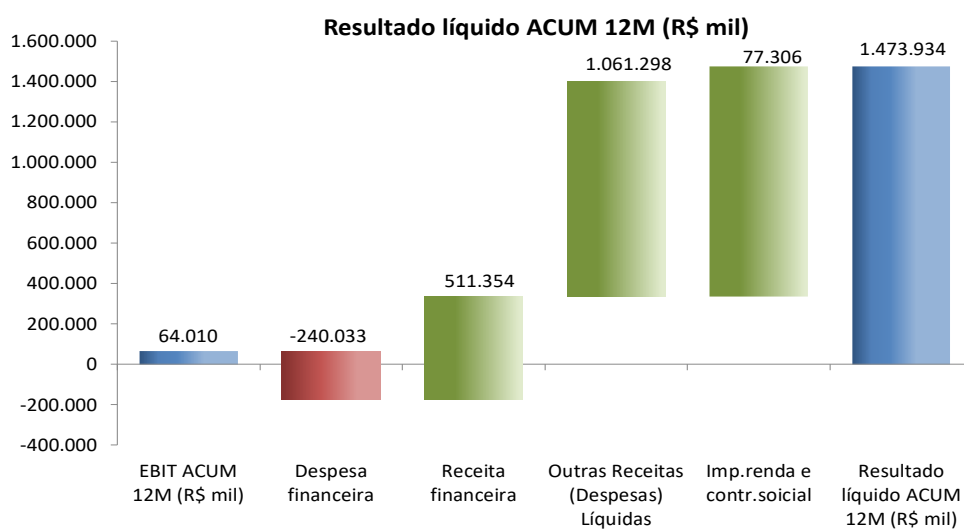
30. Em relação à DRE da recuperanda, ressalta-se o registro de lucro operacional (EBIT) acumulado entre junho de 2021 e maio de 2022 no valor de R\$ 64.009.522,20 (sessenta e quatro milhões, nove mil, quinhentos e vinte e dois reais e vinte centavos) e a correspondente margem EBIT de 12%. Nota-

se que o total de despesas operacionais representa 15% da receita líquida e que o resultado financeiro líquido positivo, que impacta o resultado líquido, é igual a 52% da receita líquida acumulada no período de junho de 2021 e maio de 2022.

31. Os gráficos a seguir apresentam as variáveis do resultado que levaram ao lucro operacional acima, assim como ao lucro líquido no período de junho de 2021 e maio de 2022 no valor de R\$ 1.473.933.992,77 (um bilhão, quatrocentos e setenta e três milhões, novecentos e trinta e três mil, novecentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos).

32. Nota-se, no segundo gráfico, que as outras receitas (despesas) líquidas em maio de 2022 causaram significativo impacto no resultado líquido da recuperanda, representando 72% do mesmo, devido ao “haircut” parcial da dívida, conforme previsão no Plano de Recuperação Judicial. As despesas e receitas financeiras decorrentes, principalmente da dívida em moeda estrangeira e da apreciação do real observada a partir de novembro de 2021 até março de 2022, representaram 18% do resultado líquido da recuperanda. O resultado financeiro líquido positivo reflete a apreciação do real sobre a parcela de dívida da recuperanda denominada em dólares norte-americanos neste período. Cabe ressaltar que abril e maio de 2022 o dólar volta a se valorizar frente ao real.





1.3) BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL

Cimento Tupi S.A.

Em milhares de R\$

ATIVO	jun-21	jul-21	ago-21	set-21	out-21	nov-21	dez-21	jan-22	fev-22	mar-22	abr-22	mai-22
Caixa e equivalentes de caixa	697	1.365	1.010	873	1.090	2.442	3.117	1.849	1.933	1.202	1.179	910
Contas a receber	29.678	31.698	31.597	31.817	29.741	28.667	22.163	26.456	29.162	32.254	35.106	37.818
Estoques	57.068	56.206	59.507	56.769	62.342	65.210	70.656	69.275	69.582	67.926	71.230	67.284
Impostos a recuperar	29.466	29.402	29.663	32.859	32.517	33.316	35.168	35.433	38.965	38.005	37.280	34.394
Adiantamentos a fornecedores	7.613	6.423	4.932	5.288	10.133	6.174	6.435	8.203	7.374	4.965	4.631	2.937
Outros contas a receber	2.156	2.035	1.825	1.874	1.762	3.443	2.286	2.400	2.580	2.738	2.099	2.358
Total do Ativo Circulante	126.678	127.129	128.534	129.480	137.586	139.253	139.825	143.617	149.596	147.090	151.526	145.701
Títulos a receber	7.745	6.669	6.709	6.747	6.789	6.832	6.870	6.908	6.945	6.987	7.038	7.081
Partes relacionadas	21.881	34.665	28.587	39.272	31.374	33.632	20.397	7.269	13.523	23.113	24.806	43.746
Impostos a recuperar	142.754	143.114	143.615	143.869	144.423	144.145	129.002	129.787	131.275	132.021	128.854	129.845
Créditos tributários	251.541	251.001	244.118	238.582	238.030	237.632	305.798	305.433	296.887	296.201	295.722	326.590
Depósitos judiciais	12.584	12.547	12.563	12.581	12.639	12.662	12.696	12.721	13.016	13.057	13.111	13.077
Investimentos	99.563	99.596	99.622	99.331	99.251	99.078	106.443	106.447	106.366	106.280	106.453	106.486
Imobilizado	554.624	554.987	557.751	557.647	558.331	559.794	559.283	559.083	559.677	559.826	559.878	561.049
Intangível	129.033	129.031	129.021	129.012	129.002	128.992	128.978	129.001	129.005	128.999	128.994	128.988
Total do Ativo não Circulante	1.219.726	1.231.611	1.221.986	1.227.041	1.219.839	1.222.765	1.269.468	1.256.649	1.256.694	1.266.483	1.264.855	1.316.862
Total do Ativo	1.346.404	1.358.740	1.350.520	1.356.521	1.357.425	1.362.018	1.409.293	1.400.266	1.406.290	1.413.573	1.416.381	1.462.563

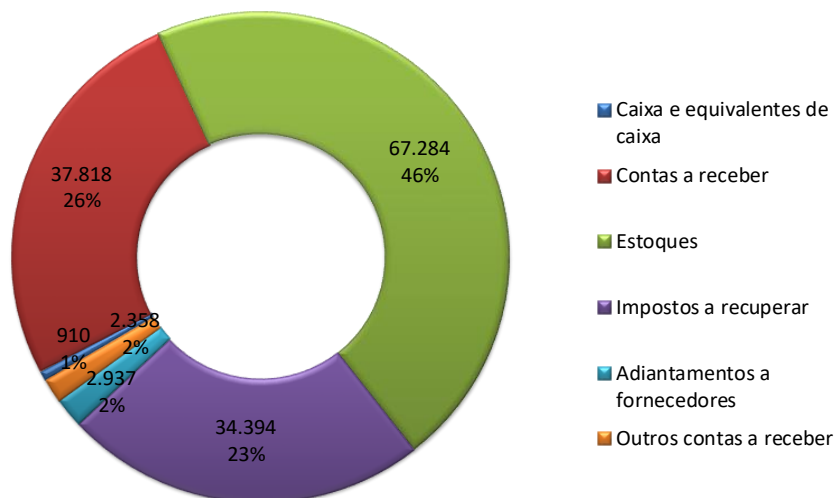
Em milhares de R\$

PASSIVO	jun-21	jul-21	ago-21	set-21	out-21	nov-21	dez-21	jan-22	fev-22	mar-22	abr-22	mai-22
Empréstimos e financiamentos	136.857	137.730	138.783	139.743	140.736	141.906	143.359	144.741	145.479	146.434	147.690	149.269
Empréstimos e financ.exterior	2.976.447	3.047.494	3.060.183	3.236.358	3.357.497	3.343.753	3.320.310	3.187.569	3.057.863	2.813.763	2.921.503	33.613
Fornecedores	39.049	35.611	34.662	33.599	29.815	31.096	30.813	32.813	36.734	34.960	28.522	28.957
Salários e encargos sociais	20.780	20.980	21.408	21.525	20.096	20.229	18.780	18.612	10.723	11.934	11.184	11.404
Partes relacionadas	9	9	9	9	9	8	8	8	8	8	8	8
Impostos a recolher	18.541	21.272	11.677	12.748	11.104	10.389	8.326	8.059	15.500	28.247	24.091	19.992
Impostos a recolher parcelados	38.654	38.855	34.928	35.111	35.443	36.692	36.834	37.037	35.707	36.455	49.132	55.510
Provisão para I.R.P.J. e C.S.LL	2.785	2.785	2.785	12.301	12.301	12.301	0	0	0	0	0	0
Provisão para contingência	484	518	538	548	572	582	596	608	612	636	662	684
Outras contas a pagar	26.563	27.429	27.091	27.678	27.925	27.348	32.424	32.896	30.537	30.647	24.502	24.526
Total do Passivo Circulante	3.260.169	3.332.684	3.332.064	3.519.621	3.635.498	3.624.303	3.591.452	3.462.344	3.333.163	3.103.085	3.207.294	323.964
Empréstimos e financiamentos	207.264	207.140	206.952	206.858	212.617	213.470	214.586	215.770	217.005	218.588	220.042	221.828
Empréstimos e financ.exterior	625	640	866	915	950	946	939	902	865	680	707	1.711.644
Impostos a recolher	113.198	110.321	105.930	104.342	102.969	103.520	101.520	99.662	104.847	103.952	104.935	112.520
Provisões para contingências	22.614	22.614	3.868	3.868	3.868	3.868	15	15	15	15	15	15
Investimentos	3.909	4.121	4.193	4.434	4.432	4.403	4.625	4.563	4.552	4.512	4.192	3.775
Outras obrigações	5.824	5.824	5.824	5.824	5.824	4.927	4.196	4.344	5.066	5.070	4.948	4.948
Total do Passivo não Circulante	353.433	350.660	327.633	326.242	330.661	331.135	325.881	325.256	332.350	332.817	334.839	2.054.730
Capital social	298.809	298.809	298.809	298.809	298.809	298.809	298.809	298.809	298.809	298.809	298.809	298.809
Reserva de capital	11.685	11.685	11.685	11.685	11.685	11.685	11.685	11.685	11.685	11.685	11.685	11.685
Lucros ou prejuízos acumulados	(2.577.693)	(2.635.097)	(2.619.671)	(2.799.835)	(2.919.227)	(2.903.914)	(2.818.534)	(2.697.827)	(2.569.717)	(2.332.822)	(2.436.247)	(1.226.625)
Total do Patrimônio Líquido	(2.267.199)	(2.324.603)	(2.309.177)	(2.489.341)	(2.608.733)	(2.593.420)	(2.508.041)	(2.387.333)	(2.259.223)	(2.022.329)	(2.125.753)	(916.131)
Total do Passivo	1.346.404	1.358.740	1.350.520	1.356.521	1.357.425	1.362.018	1.409.293	1.400.266	1.406.290	1.413.573	1.416.381	1.462.563

a) Ativo Circulante

33. Dentre as contas existentes no Balanço Patrimonial em maio de 2022, destaca-se “Estoques” com 46% e “Contas a receber” com 26% em relação ao valor total do ativo circulante

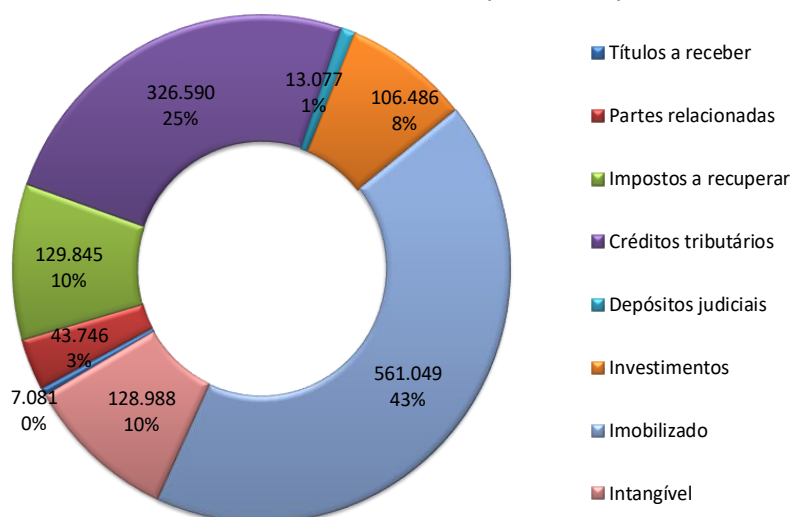
Ativo circulante em maio de 2022 (R\$ milhares)



b) Ativo não Circulante

34. Considerando os dados do ativo não circulante em abril de 2022, destaca-se o “Ativo Imobilizado” com 43%, “Créditos tributários” com 25% em relação ao valor total do ativo não circulante.

Ativo não circulante em maio de 2022 (R\$ milhares)

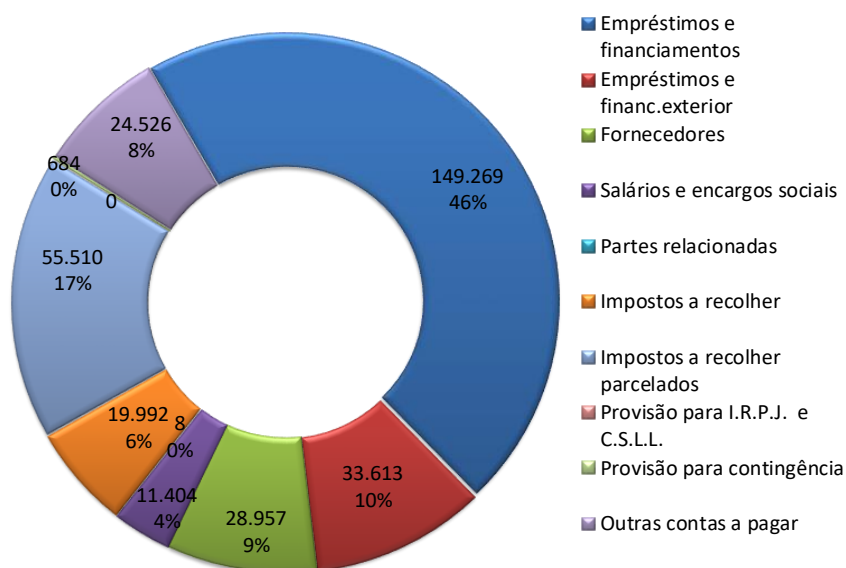


35. O ativo imobilizado é composto, principalmente, por edifícios, máquinas, equipamentos e instalações industriais. Já o ativo intangível é composto por direitos minerários e pelo ágio sobre fábrica de Pedra do Sino.

c) Passivo Circulante

36. Considerando somente o passivo circulante em maio de 2022, destaca-se se a conta de “Empréstimos e financiamentos no exterior” com 46% e “Impostos a recolher parcelados” com 17% em relação ao total do grupo. Observamos a queda substancial na conta de “Empréstimos e financiamentos exterior” devido ao “haircut” parcial da dívida e transferência para o longo prazo, conforme o plano de recuperação judicial.

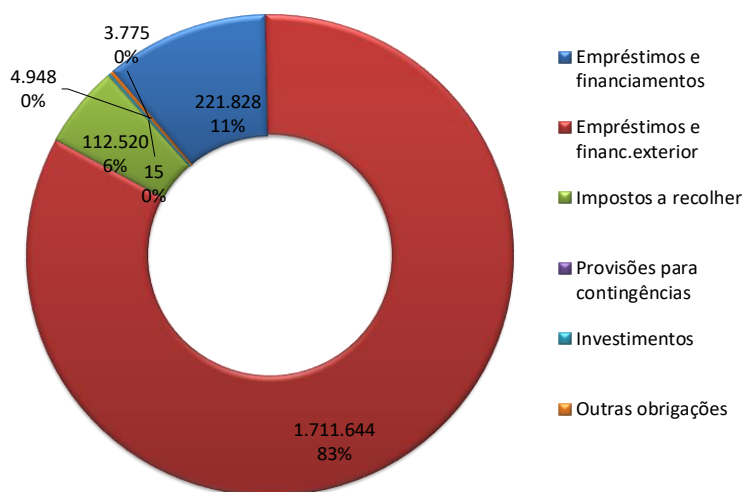
Passivo circulante em maio de 2022 (R\$ milhares)



d) Passivo não Circulante

37. A distribuição do total do Passivo não circulante em maio de 2022 mostra a conta de “Empréstimos e financiamentos no exterior” com 83% e “Empréstimos e Financiamentos” com 11% em relação ao total do grupo do passivo. Observamos o aumento da conta Empréstimos e Financiamentos Exterior oriunda do curto prazo pelo P.R.J.

Passivo não circulante em maio de 2022 (R\$ milhares)



e) Passivo Total

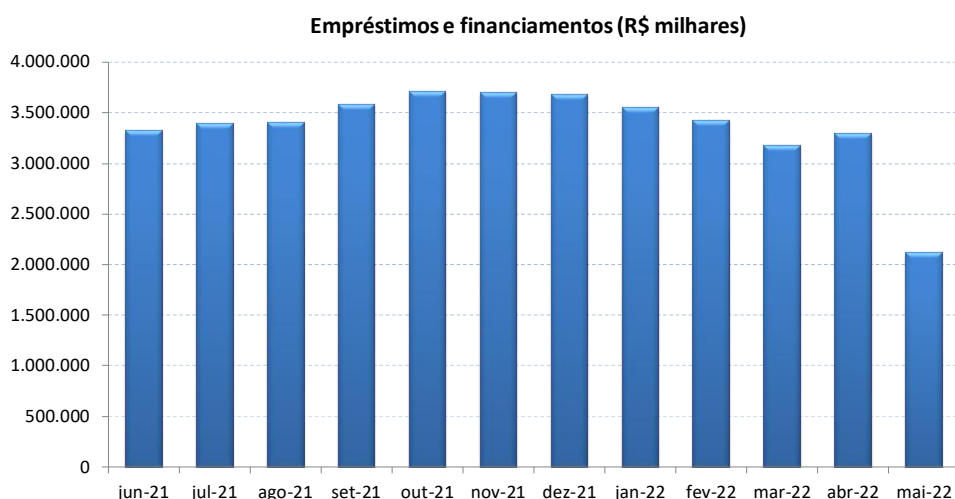
38. Considerando o passivo total, o valor de empréstimos e financiamentos obtidos no Brasil e no exterior R\$ 2.116.354.383,83 (dois bilhões, cento e dezesseis milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos) no balanço de maio de 2022. O valor tem origem na captação de recursos, realizada a partir de 2011, visando o investimento aplicado na duplicação da capacidade de produção da fábrica de Carandaí, que permitiu aumentar a produção de cimento de 1,2 milhão de toneladas por ano para 2,5 milhões de toneladas anuais.

39. A evolução do Passivo Total é apresentada na tabela abaixo.

Em R\$ milhares

Passivo Circulante e Não Circulante	jun-21	jul-21	ago-21	set-21	out-21	nov-21	dez-21	jan-22	fev-22	mar-22	abr-22	mai-22
Fornecedores	39.049	35.611	34.662	33.599	29.815	31.096	30.813	32.813	36.734	34.960	28.522	28.957
Empréstimos/financiamentos	3.321.194	3.393.003	3.406.784	3.583.875	3.711.800	3.700.075	3.679.195	3.548.981	3.421.212	3.179.465	3.289.942	2.116.354
Salários e Obrig.Sociais	20.780	20.980	21.408	21.525	20.096	20.229	18.780	18.612	10.723	11.934	11.184	11.404
Provisões/Contingências	25.883	25.917	7.191	16.717	16.741	16.751	611	623	627	651	677	699
Partes relacionadas	9	9	9	9	9	8	8	8	8	8	8	8
Investimentos	3.909	4.121	4.193	4.434	4.432	4.403	4.625	4.563	4.552	4.512	4.192	3.775
Tributos a recolher	170.393	170.449	152.535	152.200	149.516	150.601	146.680	144.758	156.054	168.653	178.159	188.022
Outros	32.387	33.253	32.915	33.502	33.749	32.275	36.620	37.241	35.603	35.717	29.450	29.474
Total do Passivo	3.613.603	3.683.343	3.659.697	3.845.862	3.966.158	3.955.438	3.917.333	3.787.600	3.665.514	3.435.902	3.542.134	2.378.694

40. A pequena variação no passivo ocorrida de junho de 2021 até abril de 2022, deve-se, principalmente, por conta das variações de Empréstimos e Financiamentos, em especial a parcela de dívida adquirida em dólares norte-americanos. Nota-se que a apreciação do real frente ao dólar permitiu uma pequena redução do saldo total da dívida, no período de junho a julho de 2021 e de novembro de 2021 a março de 2022. Por outro lado, a apreciação do dólar ocorrida de agosto a outubro de 2021 e de abril de 2022, tornou a aumentar o valor nominal da dívida em reais. Porém, observamos em maio de 2022 uma substancial redução, devido pelo “haircut” parcial da dívida aplicado em decorrência do PRJ, conforme pode ser visualizado abaixo:



1.4) INDICADORES

41. Neste tópico, visa demonstrar os indicadores de solvência a curto prazo, que medem a capacidade da empresa de saldar as obrigações financeiras recorrentes.

➤ **a) Liquidez Corrente**

42. A liquidez corrente (LC)¹ reflete o quanto a empresa dispõe de recursos de curto prazo em seu ativo circulante para liquidar as dívidas de curto prazo alocadas no passivo circulante.

43. O indicador igual a 1 (um) representa equivalência entre o montante de ativos de curto prazo e passivos de curto prazo. O indicador abaixo de 1 indica que a operação da recuperanda está sendo financiada com passivos circulantes, ou seja, com capitais de curto prazo, pois dívidas de curto prazo vencem antes que os ativos não circulantes comecem a gerar caixa.

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

44. Tendo em vista o informado pela recuperanda de que os índices que lhe foram solicitados se tratam de **“INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL QUE NÃO PODE SER COMPARTILHADA COM TERCEIROS”**, a A.J. deixa, por cautela e por ora, de divulgar o índice em questão, submetendo a este d. Juízo se as informações relacionadas aos índices financeiros da recuperanda devem permanecer em sigilo, ante a previsão contida no item 2.2.6.1 da Recomendação nº 72/2020 do CNJ².

➤ **b) Liquidez Seca**

45. A liquidez seca (LS)³ reflete o quanto a empresa dispõe de recursos de curto prazo em seu ativo circulante para liquidar dívidas de curto prazo alocadas no passivo circulante, sendo que neste caso exclui-se do ativo o valor do estoque por representar um ativo de liquidação não imediata.

¹ ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Rondolph W.; JAFFE, Jeffrey F. Administração Financeira Corporate Finance. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. 2ª Edição – São Paulo. Editora Atlas, 2002, p.47.

² “2.2.6.1. Observações (análise faturamento / índices de liquidez / receita x custo / receita x resultado)”

³ ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Rondolph W.; JAFFE, Jeffrey F. Administração Financeira Corporate Finance. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. 2ª Edição – São Paulo. Editora Atlas, 2002, p.47.

$$LC = (\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}) / \text{Passivo}$$

46. Tendo em vista o informado pela recuperanda de que os índices que lhe foram solicitados se tratam de **“INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL QUE NÃO PODE SER COMPARTILHADA COM TERCEIROS”**, a A.J. deixa, por cautela e por ora, de divulgar o índice em questão, submetendo a este d. Juízo se as informações relacionadas aos índices financeiros da recuperanda devem permanecer em sigilo, ante a previsão contida no item 2.2.6.1 da Recomendação nº 72/2020 do CNJ.

➤ **c) Endividamento Geral**

47. Este indicador reflete a estrutura de capital e mostra qual a fração dos ativos empresa estão financiados através de dívidas com terceiros⁴.

$$\text{Endividamento Geral} = (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) / \text{Ativos Totais}$$

48. Tendo em vista o informado pela recuperanda de que os índices que lhe foram solicitados se tratam de **“INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL QUE NÃO PODE SER COMPARTILHADA COM TERCEIROS”**, a A.J. deixa, por cautela e por ora, de divulgar o índice em questão, submetendo a este d. Juízo se as informações relacionadas aos índices financeiros da recuperanda devem permanecer em sigilo, ante a previsão contida no item 2.2.6.1 da Recomendação nº 72/2020 do CNJ.

1.5) FLUXO DE CAIXA MENSAL

a) FLUXO DE CAIXA REALIZADO (últimos 12 meses)

⁴ ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Rondolph W.; JAFFE, Jeffrey F. Administração Financeira Corporate Finance. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. 2ª Edição – São Paulo. Editora Atlas, 2002, p.48.

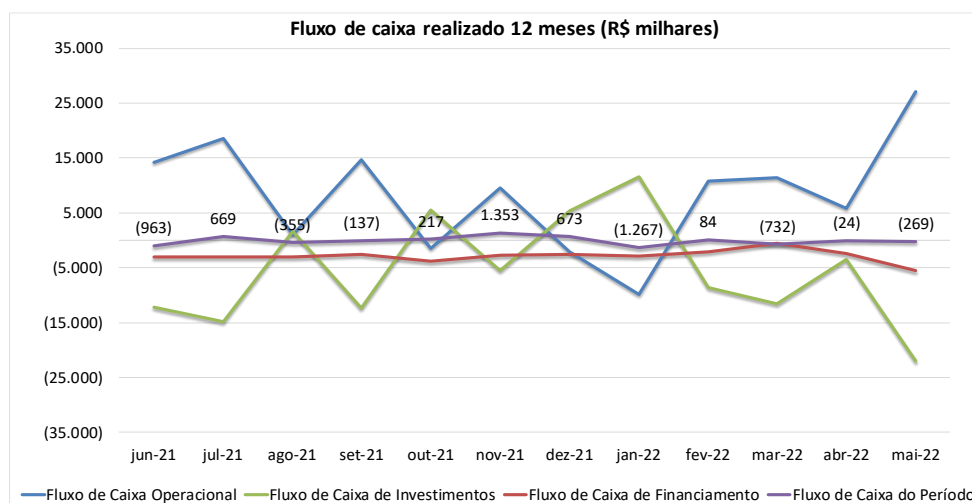
FLUXO DE CAIXA REALIZADO

Cimento Tupi S/A

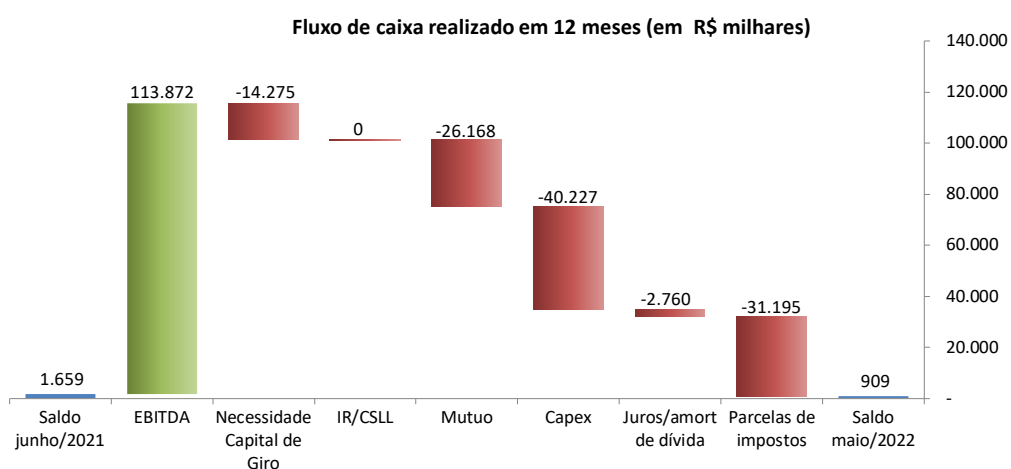
Em R\$ mil

	jun-21	jul-21	ago-21	set-21	out-21	nov-21	dez-21	jan-22	fev-22	mar-22	abr-22	mai-22	Acumulado 12M
EBITDA	5.278	17.273	14.006	15.811	13.813	11.458	(1.256)	(5.794)	5.926	8.164	15.096	14.097	113.872
(+/-) Necessidade de Capital de Giro	8.958	1.214	(13.021)	(1.134)	(15.248)	(1.982)	(850)	(4.140)	4.849	3.252	(9.233)	13.060	(14.275)
(-) IR/CSLL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fluxo de Caixa Operacional	14.236	18.487	985	14.677	(1.435)	9.476	(2.106)	(9.934)	10.775	11.416	5.863	27.157	99.597
(+/-) Mutuo	(4.302)	(12.785)	6.078	(10.685)	7.898	(2.257)	13.235	13.127	(6.254)	(9.590)	(1.693)	(18.940)	(26.168)
(-) Capex	(7.938)	(2.065)	(4.457)	(1.624)	(2.415)	(3.203)	(7.822)	(1.587)	(2.367)	(1.936)	(1.844)	(2.969)	(40.227)
Fluxo de Caixa de Investimentos	(12.240)	(14.850)	1.621	(12.309)	5.483	(5.460)	5.413	11.540	(8.621)	(11.526)	(3.537)	(21.909)	(66.395)
Caixa Após Operações e Capex	1.996	3.637	2.606	2.368	4.048	4.016	3.307	1.606	2.154	(110)	2.326	5.248	33.202
(-) Juros dívida	(24)	(22)	(31)	(22)	(1.334)	(34)	(43)	(128)	(53)	(102)	(102)	(144)	(2.039)
(-) Amortização dívida	(30)	(30)	0	0	0	(94)	(94)	(98)	(94)	(94)	(94)	(94)	(722)
(-) Parcelamento de impostos	(2.906)	(2.916)	(2.931)	(2.483)	(2.497)	(2.536)	(2.497)	(2.647)	(1.923)	(426)	(2.154)	(5.279)	(31.195)
Fluxo de Caixa de Financiamento	(2.960)	(2.968)	(2.962)	(2.505)	(3.831)	(2.664)	(2.634)	(2.873)	(2.070)	(622)	(2.350)	(5.517)	(33.956)
Fluxo de Caixa do Período	(963)	669	(355)	(137)	217	1.353	673	(1.267)	84	(732)	(24)	(269)	(753)
Revolver	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caixa Inicial	1.659	696	1.365	1.010	873	1.090	2.443	3.116	1.849	1.933	1.202	1.178	1.659
Caixa Final	696	1.365	1.010	873	1.090	2.443	3.116	1.849	1.933	1.202	1.178	909	909

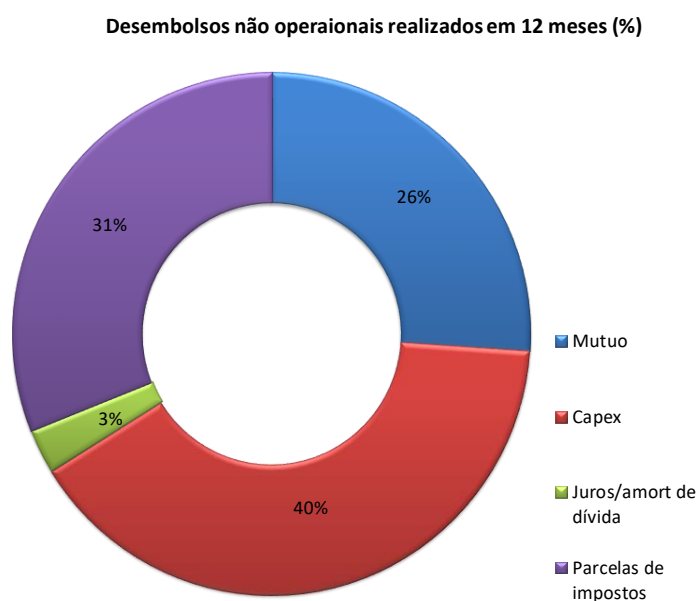
49. A representação gráfica dos totais de ingressos de caixa e desembolsos realizados nos últimos 12 meses, bem como da geração de caixa mensal, são mostrados no gráfico abaixo



50. No gráfico apresentado a seguir temos a indicação de como foram utilizados os recursos gerados em caixa pela operação da recuperanda no que tange à ingressos ou desembolsos não operacionais, tais como necessidade de capital de giro, financiamento ou investimentos. Os blocos na cor verde representam os ingressos de recursos oriundos das operações e os blocos vermelhos indicam os desembolsos não operacionais efetuados no período.



51. O gráfico abaixo mostra de que forma o resultado oriundo das operações foi distribuído entre as atividades de investimentos e financiamentos.

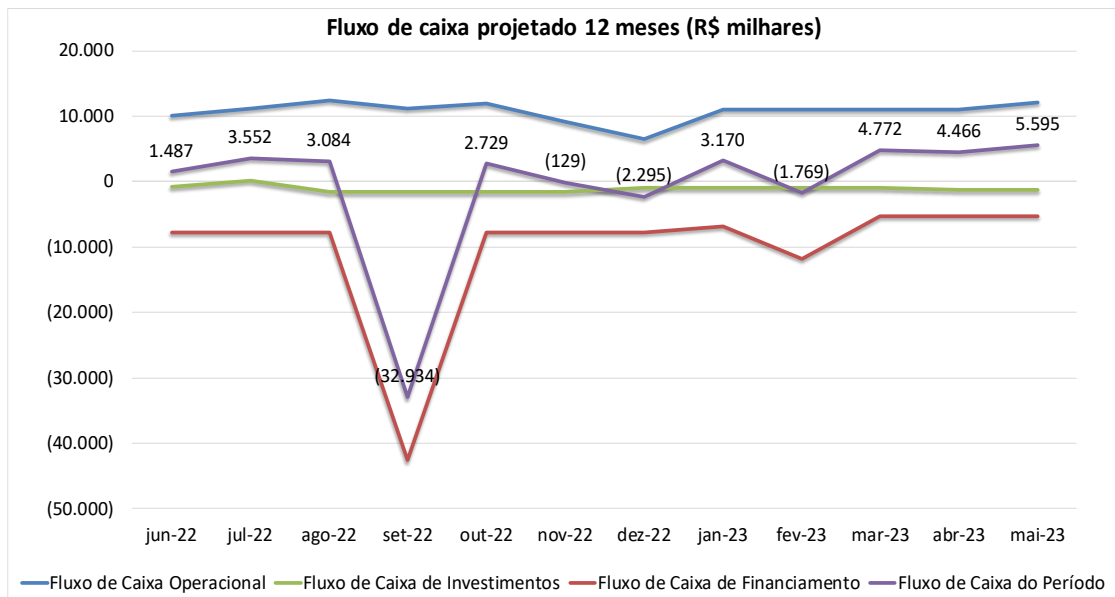


b) Fluxo de Caixa Projetado (próximos 12 meses)

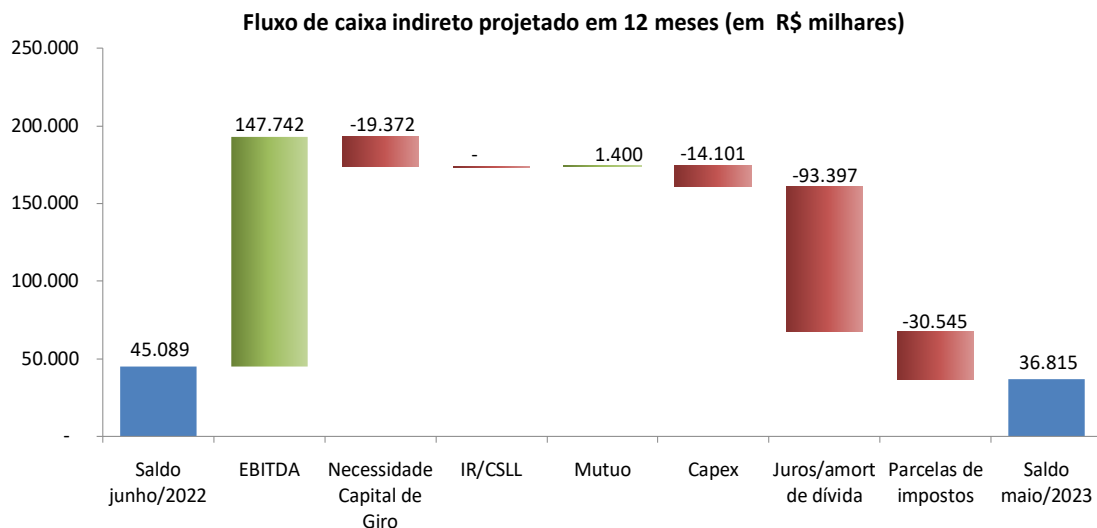
52. O fluxo de caixa projetado apresentado pela recuperanda contempla o período de junho de 2022 a maio de 2023, conforme tabela abaixo.

FLUXO DE CAIXA PROJETADO													
Cimento Tupi S/A													
Em R\$ mil													
	jun-22	jul-22	ago-22	set-22	out-22	nov-22	dez-22	jan-23	fev-23	mar-23	abr-23	mai-23	Acumulado 12M
EBITDA	11.728	12.901	14.074	12.901	13.721	10.872	8.210	12.667	12.667	12.667	12.667	12.667	147.742
(+/-) Necessidade de Capital de Giro	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(1.708)	(583)	(19.372)
(-) IR/CSLL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fluxo de Caixa Operacional	10.020	11.193	12.366	11.193	12.013	9.164	6.502	10.959	10.959	10.959	10.959	12.084	128.370
(-) Mutuo	0	1.400	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.400
(-) Capex	(750)	(1.250)	(1.500)	(1.500)	(1.500)	(1.500)	(1.000)	(900)	(900)	(900)	(1.200)	(1.200)	(14.101)
Fluxo de Caixa de Investimentos	(750)	150	(1.500)	(1.500)	(1.500)	(1.500)	(1.000)	(900)	(900)	(900)	(1.200)	(1.200)	(12.701)
Caixa Após Operações e Capex	9.270	11.343	10.866	9.693	10.513	7.663	5.501	10.058	10.059	10.059	9.759	10.884	115.669
(-) Juros dívida	(79)	(87)	(78)	(84)	(80)	(88)	(92)	(88)	(79)	(83)	(89)	(85)	(1.012)
(-) Amortização dívida	(5.173)	(5.173)	(5.173)	(40.012)	(5.173)	(5.173)	(5.173)	(4.269)	(9.175)	(2.630)	(2.630)	(2.630)	(92.384)
(-) Parcelamento de impostos	(2.531)	(2.531)	(2.531)	(2.531)	(2.531)	(2.531)	(2.531)	(2.531)	(2.574)	(2.574)	(2.574)	(2.574)	(30.544)
Fluxo de Caixa de Financiamento	(7.783)	(7.791)	(7.782)	(42.627)	(7.784)	(7.792)	(7.796)	(6.888)	(11.828)	(5.287)	(5.293)	(5.289)	(123.940)
Fluxo de Caixa do Período	1.487	3.552	3.084	(32.934)	2.729	(129)	(2.295)	3.170	(1.769)	4.772	4.466	5.595	(8.272)
Revolver	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Caixa Inicial	45.089	46.576	50.127	53.211	20.276	23.005	22.876	20.581	23.751	21.982	26.754	31.220	45.089
Caixa Final	46.576	50.127	53.211	20.276	23.005	22.876	20.581	23.751	21.982	26.754	31.220	36.815	36.815

53. Da mesma forma, o gráfico abaixo mostra a representação gráfica da expectativa de geração de caixa a se realizar nos próximos 12 (doze) meses.



54. A representação gráfica da tabela acima, indicando os fatores que poderão afetar o caixa da recuperanda, pode ser vista no gráfico a seguir. Os blocos na cor verde representam os ingressos de recursos projetados e os blocos vermelhos indicam os desembolsos totais projetados nos próximos 12 meses a partir de junho de 2022.



c) Fluxo de caixa realizado X projetado (12 meses)

55. A comparação entre os fluxos de caixa realizado e projetado mostra que a recuperanda projeta EBITDA 30% maior e desembolso não operacional 36% maior. A geração projetada para os próximos 12 meses é negativa em R\$8.274.000,00 (oito milhões duzentos e setenta e quatro mil reais), o que levará à necessidade de aportes futuros caso o cenário se confirme.

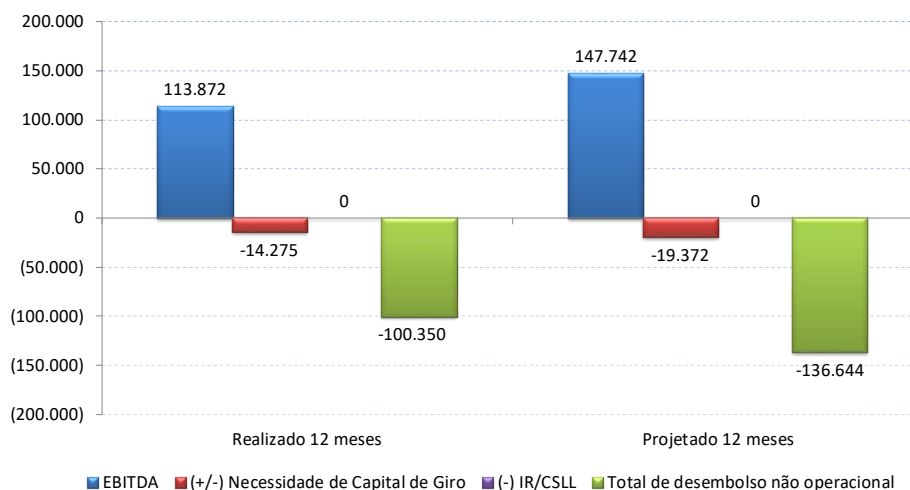
FLUXO DE CAIXA INDIRETO REALIZADO E PROJETADO 12 MESES

Cimento Tupi S/A

Em milhares de R\$

	Realizado 12 meses	Projetado 12 meses	Varição
Entradas de caixa			
EBITDA	113.872	147.742	30%
(+/-) Necessidade de Capital de Giro	(14.275)	(19.372)	36%
(-) IR/CSLL	0	0	-
Fluxo de caixa operacional	99.597	128.370	29%
Desembolso não operacional			
(+/-) Mutuo	(26.168)	1.400	-105%
(-) Capex	(40.227)	(14.101)	-65%
(-) Juros dívida	(2.038)	(1.013)	-50%
(-) Amortização dívida	(722)	(92.385)	12696%
(-) Parcelamento de impostos	(31.195)	(30.544)	-2%
Total de desembolso não operacional	(100.350)	(136.644)	36%
Fluxo de caixa no período	(753)	(8.274)	999%
Saldo de caixa			
Saldo inicial disponibilidades	1.659	45.089	2617%
Geração de caixa	(753)	(8.274)	999%
Saldo final disponibilidades	907	36.815	3961%

Comparativo Fluxo de caixa Realizado x Projetado (milhares de R\$)



VI – DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

56. Buscando atender as necessidades e especificidades da presente recuperação judicial, a A.J. possui uma infraestrutura física e de recursos humanos composta por uma equipe multidisciplinar de profissionais da área jurídica, contábil, financeira e administrativa altamente capacitados e com experiência em insolvência empresarial, necessária para o recebimento, processamento e tratamento das demandas advindas da presente recuperação judicial.

57. Neste contexto, a A.J. apresenta abaixo planilha discriminativa das atividades exercidas pelos núcleos técnicos de cada departamento, consolidando a relação dos respectivos gestores e/ou coordenadores de cada área, responsáveis pela condução das equipes, orgânicas e terceirizadas, acionadas de acordo com as necessidades do processo de recuperação judicial, dentro da complexidade e especificidade de cada etapa do processo.

PROFISSIONAL	QUANT	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Advogados Especialista em Direito Empresarial e/ou áreas correlatas	12	<ul style="list-style-type: none"> * Auxiliar o Administrador Judicial nas diligências e análises das questões envolvendo o processo principal da Recuperação Judicial e seus desdobramentos extra e intraprocessuais. * Acompanhamento do plano de trabalho traçado pelo Administrador Judicial. * Elaboração de peças processuais de grande complexidade. Elaboração de peças processuais de média complexidade. * Acompanhamento e fiscalização de ações determinadas pelo Administrador Judicial. * Auxiliar o A.J na elaboração do Relatório Circunstanciado e Individualizado a ser apresentado, nos relatórios mensais das atividades da recuperanda e todos os demais relatórios incidentes sobre a Recuperação Judicial previstos na Lei nº 11.101/2005 e nas determinações do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. * Análise dos procedimentos de individualização do crédito * Exame de regularidade das procurações e documentos apresentados

Contabilidade (Nível Superior)	02	<ul style="list-style-type: none"> * Análise das demonstrações contábeis da recuperanda, subsidiando a Administração Judicial com os dados necessários a serem levados em conta no Relatório Circunstanciado e a ser apresentados e nos relatórios mensais das atividades da recuperanda. * Análise das divergências e habilitações administrativas, auxiliando a Administração Judicial na verificação do crédito. * Análise técnica das impugnações e habilitações judiciais auxiliando a Administração Judicial na verificação do crédito. * Elaboração de parecer técnico para instruir manifestação da Administração Judicial. * Análise de questões envolvendo matérias suscitadas intra ou extra processualmente à requerimento da Administração Judicial.
Economia / Financeiro	01	<ul style="list-style-type: none"> * Análise das demonstrações contábeis da recuperanda, subsidiando a Administração Judicial com os dados financeiros/econômicos necessários a serem levados em conta no Relatório Circunstanciado e Individualizado a ser apresentado, nos relatórios mensais das atividades da recuperanda e todos os demais relatórios incidentes sobre a Recuperação Judicial previstos na Lei nº 11.101/2005 e nas determinações do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. * Análise das divergências e habilitações administrativas, auxiliando a Administração Judicial na verificação do crédito, sob o enfoque financeiro/econômico. * Elaboração de parecer técnico para instruir manifestação da Administração Judicial, sob o enfoque financeiro/econômico. * Análise de questões envolvendo matérias suscitadas intra ou extra processualmente à requerimento da Administração Judicial, sob o enfoque financeiro/econômico.
Estagiário de Direito	04	* Auxiliar os trabalhos dos advogados, na forma da Lei nº 11.788/2008.
Corpo Administrativo	03	* Realizar os trabalhos inerentes da função, auxiliando a equipe multidisciplinar.

Nº	ATIVIDADE	JURÍDICA	CONTÁBIL ECONÔMICA	ADM	APOIO
1	Prestar informações para credores e terceiros interessados ("b", I, art. 22 da LRE).	✓		✓	
2	Elaboração de peças processuais para andamento do processo principal da Recuperação Judicial.	✓	✓		
3	Elaboração de peças processuais em processos satélites da Recuperação Judicial.	✓	✓		
4	Elaboração de pareceres para instruir a Recuperação Judicial ou auxiliar o Administrador Judicial na confecção de suas manifestações.	✓	✓		
5	Elaboração e encaminhamento de correspondências para credores, Recuperandas ou terceiros interessados no processo de Recuperação Judicial ("a", I, art. 22 da LRE)..	✓	✓	✓	✓
6	Análise de extratos de livros das Recuperandas, a fim de servirem de fundamento nas habilitações e impugnações de crédito ("c", I, art. 22 da LRE).	✓	✓		
7	Elaboração da Relação de Credores do § 2º do art. 7º da LRE - ("e", I, art. 22 da LRE).	✓	✓	✓	

8	Análise de Habilitação e Divergências Administrativas - (§ 1º do art. 7º da LRE).	✓	✓		
9	Consolidação do Quadro-Geral de Credores (art. 18 da LRE).	✓	✓		
10	Convocação, administração e execução da Assembleia Geral de Credores	✓	✓	✓	✓
11	Fiscalização das atividades das Recuperandas ("a", II, art. 22 da LRE).	✓	✓	✓	✓
12	Elaboração do Relatório Circunstanciado Individualizado, Relatórios Mensais de Atividades das Recuperandas e todos os demais relatórios incidentes sobre a Recuperação Judicial previstos na Lei nº 11.101/2005 e nas determinações do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.	✓	✓		
13	Elaboração de Relatório sobre a Execução do Plano de Recuperação Judicial ("d", II, art. 22 da LRE).	✓	✓		
14	Atendimento aos credores e interessados na Recuperação Judicial	✓		✓	✓

58. A gestão da A.J. é estruturada a partir de uma direção geral composta pelos advogados *seniores* fundadores do escritório Nascimento & Rezende Advogados, cuja qualificação resumida segue abaixo:

Wagner Nascimento	Bruno Galvão S. P. de Rezende
Pós-Graduado em Processo Civil Aplicado pela Universidade da Cidade – 2008;	Mestre em Ciências Jurídico-Políticas na Universidade Portucalense Infante D. Henrique – UPT – Portugal – Porto (fase de apresentação de tese final aceita pelo Conselho Científico: “A função social da empresa e a responsabilidade social corporativa – análise do direito da insolvência no Brasil e em Portugal”);
Graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes – 2003.	Pós-graduado em Direito Empresarial com concentração em Direito Societário e Mercado de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV Rio;
UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Portugal – Faculdade de Direito – Curso de Insolvência no Direito Português e Transfronteiriço – (fevereiro/março 2019).	Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes – AVM – Centro.
Advogado, sócio fundador, do escritório de advocacia Nascimento e Rezende Advogados;	Curso de Extensão em Falências e Recuperação Judicial da FGV em parceria com a FGV- Direito;
Administrador Judicial de Falências e Recuperações Judiciais nomeado pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (RJ's do Grupo Leader, Hotéis Othon, Miguel Couto, Sinopec, CMDR, RCFA, Reciclyn, CFF, entre outras)	Curso de Especialização em Administração Judicial de Falências e Recuperação Judicial da ESAJ – TJRJ;

Curso de Especialização em Administração Judicial de falências e Recuperação Judicial da ESAJ – TJRJ.

Membro da Comissão Especial de Falência e Recuperação Judicial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

Embaixador para o Estado do Rio de Janeiro do Instituto Brasileiro de Administração Judicial – IBAJUD;

Auditor Presidente da 2ª Comissão Disciplinar do Superior Tribunal de Justiça Desportiva da Confederação Brasileira de Futebol;

Auditor do Pleno do Superior Tribunal de Justiça Desportiva da Confederação Brasileira de Voleibol;

Membro da Comissão de Esportes e Lazer da OAB/RJ.

Conselheiro do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/RJ.

Coordenador executivo do curso de Pós-graduação em Direito Desportivo da Universidade Cândido Mendes/AVM;

Professor do curso de Pós-graduação em Direito Desportivo da Escola Superior de Advocacia da OAB/SP;

Coordenador executivo do curso de especialização em Direito Desportivo da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro.

“A Recuperação Judicial como instrumento de Equacionamento do Passivo Fiscal das Empresas”. Artigo publicado na Revista Justiça & Cidadania. Edição 147 – 2012. Pág. 48/49. Coautoria;

Coautoria em CURSO DE DIREITO SISTÊMICO, Volume II. São Paulo: Quartier Latin, 2010, com o tema: “A ‘Transformação’ das Associações Desportivas em Sociedades Empresárias”;

UNIVERSITÉ PARIS 1 – PANTHEON SORBONNE – la restructuration des entreprises en difficulté en droit français (Insolvência Sourbonne Turnaround School – TMA – Recuperação de Empresas) – Curso (2016);

FORDHAM UNIVERSITY- school of law – US Bankruptcy law (falência) – corporate compliance and financial crime – (one week course – APM).

UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Portugal – Faculdade de Direito – Curso de Insolvência no Direito Português e Transfronteiriço – (fevereiro/março 2019).

SORBONNE WINTER SYMPOSIUM -UNIVERSITÉ PARIS 1 – PANTHEON SORBONNE – UC San Diego Extension – Bankruptcy Program, Mediation Program e Cross- Border Litigation Challenges for American Courts In An Interconnected World (novembro 2019);

Coordenador e palestrante no CORSO DI ALTA FORMAZIONE DI 10 ORE – Temas atuais de direito comparado: Brasil, União Europeia, Itália FIRENZE/PISA DAL 22 AL 24 GENNAIO 2020 – Escola Nacional de Magistradora e Accademia Juris Roma;

Administrador Judicial de falências e Recuperação Judicial nomeado pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo (pessoa jurídica).

Professor de Direito Empresarial da EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Temas de Direito da Insolvência);

Professor do curso de Aperfeiçoamento em Administração Judicial da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (ESAJ);

Professor convidado do curso de Mediação Empresarial com Foco na Recuperação Judicial de Empresas da EMERJ – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;

Palestrante em congressos e simpósios jurídicos, inclusive junto à Câmara dos Vereadores do Município do Rio de Janeiro, EMERJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escolas Superiores da Advocacia (Estado do Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso, Espírito Santo, Tocantins, Fortaleza e etc.) e no Exterior.

Conselho Nacional de Justiça – CNJ – Membro do Grupo de Trabalho para contribuir com modernização e efetividade da atuação do Poder Judiciário nos processos de recuperação judicial e de falência (por nomeação do Exmo. Ex Presidente do CNJ Min. José Antonio Dias Toffoli, através da Portaria nº 74 de 13/05/2019, e reconduzido por nomeação do Exmo. Presidente do CNJ – Min. Luiz Fux, através da Portaria nº 199 de 30/09/2020);

Consultor Qualificado do Deputado Federal Hugo Leal para redação do Substitutivo ao P.L. 10.220/2018, que altera a Lei de Falências e Recuperação Judicial;

Coautoria em “A Responsabilidade Civil dos Administradores de Entidades Desportivas Profissionais”. Artigo publicado na Revista Mural. Edição nº 74 – 2010. Pág. 12/14;

“Direito Desportivo e Justiça Desportiva – Linhas Gerais”. Artigo publicado na Revista Justiça & Cidadania. Edição 118 – 2010. Pág. 26/29;

“Projeto de Lei nº 09/2010 e a Responsabilidade Civil dos Administradores de Entidades Desportivas Profissionais”. Artigo publicado na Revista Justiça & Cidadania. Edição 124 – 2010. Pág. 28/31.

Expositor na Câmara dos Deputados na audiência pública destinada a debater as modificações da lei nº 11.101/2005, que regula a recuperação e a falência;

Instituto dos Magistrados do Brasil- IMB (Vogal do grupo de estudos sobre Direito Empresarial – triênio 2019/2022);

Ex-Presidente (2019/2020) e atual membro do conselho de notáveis do IBAJUD – Instituto Brasileiro da Insolvência;

Secretário da Comissão Especial de Falências e Recuperação Judicial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – ano de 2016;

Membro Consultor da Comissão Especial de Falências e Recuperação Judicial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Membro da Comissão de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falências (CERJEF) da OAB/RJ – até 2018;

Membro do conselho de notáveis do IBDE- Instituto Brasileiro do Direito da Empresa;

Membro do IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros;

Membro do Grupo de Estudo do Instituto Justiça e Cidadania, na qualidade de especialista, sobre o Substitutivo de Plenário ao Projeto de Lei n. 6.229/2005 coordenado pelo Exmo. Sr. Ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça – STJ com o seguinte tema: a Aprovação do Substitutivo de Plenário ao Projeto de Lei no 6.229/2005 e o Impacto para a Função do Administrador Judicial.

59. A gerência jurídica é exercida por advogados seniores, sócios do escritório NR Administração Judicial Ltda, especialistas em Administração Judicial de recuperações judiciais e falências, certificados pela Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (ESAJ), além de outras especializações/cursos correlatos, certificados por instituições nacionais e estrangeiras.

60. Estes profissionais orientam, coordenam e fiscalizam advogados plenos, juniores e estagiários (orgânicos e terceirizados) que compõem a estrutura jurídica auxiliar da Administração Judicial, em quantitativo adequado às demandas da recuperação judicial, conforme as variantes verificadas periodicamente.

61. Em complemento, a A.J. conta ainda com gestores/coordenadores de equipe de atendimento ao credor (presencial, virtual e telefônico), que integra o Serviço de Atendimento ao Credor – SAC, específico desta recuperação judicial.

62. Para o acompanhamento dos processos internos da recuperanda e interface desta para com os seus credores, terceiros e mercado, a A.J. dispõe de equipe de *compliance* e governança, com coordenação/gestão orgânica.

63. Com vistas a auxiliar a A.J. na fiscalização mensal das atividades da recuperanda e contribuir com o tratamento e consolidação das informações econômico-financeiras nos relatórios apresentados, na verificação de crédito (administrativa e judicial), e demais manifestações necessárias, a sua estrutura ainda dispõe de gestores/equipe contábil (orgânica e terceirizada) e auditoria executiva e financeira (orgânica e terceirizada), além de pessoal de apoio e administrativo.

VII - RELATÓRIO DE ANDAMENTOS PROCESSUAIS

64. Por fim, garantindo a sistematização de informações de modo transparente e objetivo para consulta dos credores, Ministério Público e deste d. Juízo, de modo a fomentar a transparência na condução do procedimento recuperacional, esta A.J. apresenta anexo seu “Relatório de Andamentos Processuais”, no qual consta toda a movimentação processual realizada até então **(Doc. nº 10)**.

VIII - RELATÓRIO DE INCIDENTES PROCESSUAIS

65. Na mesma direção, a A.J. apresenta seu “Relatório de Incidentes Processuais”, haja vista terem sido apresentadas habilitações e impugnações de crédito – autuadas em apartado ao processo de Recuperação Judicial. **(Doc.**

nº 11)

66. Registra-se que o incidente processual autuado sob o nº 0087756-10.2021.8.19.0001, de autoria dos credores VR Global Partners, LP, Fratelli Investment Limited e Geribá Participações SPE-1 LTDA não se trata de habilitação ou impugnação de crédito, mas sim, incidente instaurado com finalidade de trazer ao conhecimento do juízo supostos indícios de fraude aos credores, não sendo, portanto, retratado na listagem aqui apresentada.

67. Cabe ainda apresentar o *status* dos incidentes processuais:

Nº do incidente	Credor	Sentenciado?
0062451-24.2021.8.19.0001	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	Pendente
0105885-63.2021.8.19.0001	FTI CONSULTORIA LTDA	Pendente
0166351-23.2021.8.19.0001	CAMPO E FABER ADVOGADOS ASSOCIADOS	Sentenciado (cancelamento da distribuição)
0171489-68.2021.8.19.0001	THE BANK OF NEW YORK MELLON	Pendente
0171842-11.2021.8.19.0001	CIMENTO TUPI X FABRIMEC MECANICA INDUSTRIAL LTDA	Pendente
0171849-03.2021.8.19.0001	CIMENTO TUPI X MRS LOGÍSTICA S/A	Pendente
0171860-32.2021.8.19.0001	CIMENTO TUPI X BRASITELAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TELAS EIRELI	Pendente
0171874-16.2021.8.19.0001	VR GLOBAL PARTNERS LP E OUTROS EM FACE AO CRÉDITO DETIDO PELA TUPACTA AG	Pendente
0171882-90.2021.8.19.0001	CIMENTO TUPI X HB LOCAÇÕES FESTAS & EVENTOS LTDA	Pendente

0165626-34.2021.8.19.0001	CIMENTO TUPI X ICATU SEGUROS S.A.	Pendente
0171865-54.2021.8.19.0001	CIMENTO TUPI X MAPE INCORPORAÇÃO E EMPREENHIMENTOS LTD	Pendente
0171892-37.2021.8.19.0001	CIMENTO TUPI X TUPI RIO TRANSPORTES S.A	Pendente
0196951-27.2021.8.19.0001	LOCALIZA FLEET S/A	Pendente
0017705-37.2022.8.19.0001	BRUNO ALVES DE OLIVEIRA	Pendente
0021082-16.2022.8.19.0001	VENILTON REIS MOREIRA	Pendente
0041654-90.2022.8.19.0001	CÍCERO PAZ BARRETO	Pendente
0098060-34.2022.8.19.0001	RAFAEL MARCOS DA SILVA	Pendente
0149200-10.2022.8.19.0001	LUCILENE FERREIRA DE SOUZA LADEIRA E OUTROS	Pendente

IX - RELATÓRIO DE AGRAVOS DE INSTRUMENTO

68. Ademais, a A.J. apresenta o relatório de agravos de instrumento apresentado em face às decisões proferidas no âmbito recuperacional, conforme tabela descritiva em anexo, para melhor visualização dos julgamentos que podem impactar diretamente a presente Recuperação Judicial. **(Doc. nº 12)**

69. Vale aqui colacionar o *status* dos incidentes processuais, visando conferir maior transparência e visibilidade aos credores e demais interessados:

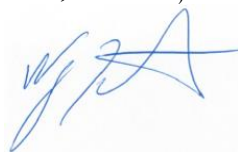
Nº do Agravo	Agravante	Resultado
0014824- 27.2021.8.19.0000	Geribá Participações SPE-1 LTDA	Negou-se provimento
0027758- 17.2021.8.19.0000	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Negou-se provimento
0069213- 59.2021.8.19.0000	VR GLOBAL PARTNERS, LP e outros	Recurso Prejudicado
0076437- 48.2021.8.19.0000	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Segredo de Justiça

70. Desta feita, a A.J. submete o seu Relatório Mensal de Atividades – RMA à análise deste d. Juízo, Ministério Público, credores e interessados, nos termos do artigo 22, II, c, da Lei nº 11.101/2005.

71. **Por fim, a A.J. submete ao crivo deste d. Juízo se as informações relacionadas aos índices financeiros da recuperanda devem permanecer em sigilo como solicitado pela mesma, ante a previsão contida no item 2.2.6.1 da Recomendação nº 72/2020 do CNJ⁵.**

E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2022.



NR ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
Wagner Madruga do Nascimento
OAB/RJ 128.768 - OAB/SP 422.388

**GERÊNCIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL -
COORDENADORES**

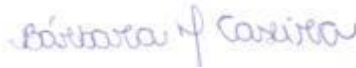
⁵ “2.2.6.1. Observações (análise faturamento / índices de liquidez / receita x custo / receita x resultado)”



Armando Roberto R. Vicentino – OAB/SP 420.340 - OAB/RJ 155.588



Alexandro Cruz de Oliveira – OAB/SP 420.336 - OAB/RJ 161.886



Bárbara Maços Caseira – OAB/RJ 217.679



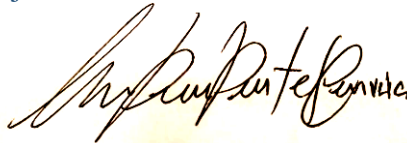
Suzana de Camargo Peixe OAB/SP nº 367.513

GERÊNCIA DE INTERFACE CREDOR – DEVEDOR



Gustavo Gomes Silveira – OAB/SP 420.345 - OAB/RJ 89.390

COORDENAÇÃO DE COMPLIANCE E GOVERNANÇA



Isabela Dunaev Pimentel Cerveira – OAB/RJ 215.436

COORDENAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA



Marcus Vinicius Rocha da Silva - CRC/RJ 116.110/O
Contador

COORDENAÇÃO DE AUDITORIA EXECUTIVA FINANCEIRA





ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Norma Rodrigues Simões - CRC/RJ 070.121-4/O
Contador